

História da Cultura em Portugal no século XX

Industrialização, massificação, mediações

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal
7 a 9 de Fevereiro de 2019

LIVRO DE RESUMOS

(por ordem do programa)

DOMINIQUE KALIFA
L'histoire culturelle en France: du 'front pionnier' à l'institutionnalisation
Resumo a definir.
<p>Historiador cultural, Dominique Kalifa é professor na Universidade de Paris 1 Pantheon-Sorbonne, onde dirige o Centro de História do Século XIX. É também membro do Instituto Universitário de França. Entre 2008 e 2015, foi professor no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po).</p> <p>No seu trabalho de investigação, tem-se debruçado sobre a história do crime, da transgressão, do controlo social e da cultura de massa nos séculos XIX e XX em França. O seu estudo sobre o papel do sub-mundo na imaginação ocidental está traduzido em Português, Espanhol e Inglês (no prelo, pela Columbia University Press), enquanto a <i>Véritable Histoire de la Belle Époque</i> lhe valeu, em 2017, o prémio Eugene Colas da Academia Francesa. O seu último livro, <i>Paris: une histoire érotique, d'Offenbach aux Sixties</i> analisa a relação entre Paris, o amor e a imaginação topográfica.</p> <p>Algumas das suas obras mais significativas: <i>L'Encre et le Sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque</i>, Fayard, Paris, 1995; <i>Naissance de la police privée</i>, Plon, Paris, 2000; <i>La Culture de masse en France, tome 1 1860–1930, La Découverte</i>, Paris, 2001; <i>Vidal le tueur de femmes. Une biographie sociale</i> (com Philippe Artières), Perrin, Paris, 2001; <i>Crime et culture au XIXe siècle</i>, Perrin, Paris, 2005; <i>Biribi. Les bagnes coloniaux de l'armée française</i>, Paris, Perrin, 2009; <i>La Civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse au XIXe siècle</i> (ed), Nouveau Monde, Paris, 2011; <i>Les bas-fonds. Histoire d'un imaginaire</i>, Seuil, Paris, 2013; <i>La Véritable Histoire de la Belle Époque</i>, Paris, Fayard, 2017; <i>Tu entreras dans le siècle en lisant Fantômas</i>, Paris, Vendémiaire, 2017; <i>Paris. Une histoire érotique d'Offenbach aux sixties</i>, Paris, Payot, 2018.</p>

LUÍS AUGUSTO COSTA DIAS

Um quadro de efeitos multiplicadores de crescimento cultural na constituição de uma cultura de massas em Portugal (1870-1925)

A hipótese de descoberta de que, na viragem para o século XX português, o campo cultural não se restringe à identificação de uma «nação intelectual» – expressão caricatural de redução da diversidade de actividades culturais a uma elite de letrados e pensadores – deve partir da sua inscrição no social, determinando que as transformações neste campo se conjugaram com um quadro de crescimento e diversificação daquele outro campo, definindo no seu conjunto um contexto de emergência de uma cultura de massas que, ver-se-á, tem uma origem e uma matriz urbana.

Esta análise decorre antes de mais do relevo atribuído, pelas suas consequências, à revolução dos meios de comunicação entre as décadas de 1870 e 1890, tanto ao nível da rede ferroviária como telegráfica que encurtaram espaço e tempo e, mais do que a formação de um mercado nacional, criaram um sistema de ligação dos principais meios urbanos. Tais meios de comunicação permitiram, desde os finais do século XIX e até às primeiras décadas do século XX, uma mobilidade demográfica sem precedentes, no sentido dos campos para as cidades e do interior para o litoral, que conduziu a uma transformação dos meios urbanos. O afluxo populacional sobretudo às principais cidades deu origem, não apenas ao processo da sua modernização, como ao impulso dos processos de terciarização e industrialização e a uma diversificação social e profissional da população urbana.

Este foi afinal, numa afirmação liminar de Dominique Kalifa, um contexto combinado de «aceleração das migrações, da urbanização e da industrialização» que esteve na base do processo de massificação cultural, em que as diversidades urbanas deram lugar a um quadro de efeitos multiplicadores de crescimento cultural em torno dos objectos culturais por excelência, os impressos. Esta «civilização do impresso», com índices de crescimento múltiplos e relacionáveis entre si, implicaram menos analfabetismo, maior diversidade de forma de aprendizagem, mais público consumidor de impressos, maior número destes objectos e maiores as suas tiragens, mas também formas mais diversificadas de acesso a eles, diferentes formas de apropriação social da cultura, diversas formas das experiências cultural através de toda a pirâmide social urbana, incluindo na sua base, não apenas como meio de circulação, mas também como meio de produção nas suas vivências próprias.

Luís Augusto Costa Dias é doutorado em História da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e actualmente investigador integrado do Instituto de História Contemporânea – NOVA, FCSH. Tem desenvolvido estudos em História da Cultura de Massas em Portugal, sobretudo em torno das condições da sua emergência e numa perspectiva comparada, através de artigos, comunicações e

conferências, com vista à preparação de um trabalho global sobre «O império d’O Século e o papel do impresso na formação da cultura de massas em Portugal (1875-1925)».

ANTÓNIO PEDRO PITA

Na encruzilhada de sentido

RUI BEBIANO

Ruturas, continuidades e duplicidades num tempo de transição (1958-1986)

Propõe-se uma tipologia associada a uma cronologia que não recorre ao ano-charneira de 1974 como seu marco fulcral, apesar de com ele dialogar de um modo imperativo. Sugere-se, neste contexto, um conjunto de continuidades que podem ser observadas ao mesmo tempo como adjacentes ou opostas no período longo, de cerca de três décadas, que vai sensivelmente desde 1958 até 1986, datas que integram uma dimensão política de manifesto significado simbólico. A história da cultura portuguesa – aquela praticada pelas elites criadoras e que possuiu como recetor um público agora crescentemente educado e informado – seguiu então quatro caminhos não necessariamente paralelos. O primeiro correspondeu à visível decadência da «cultura de regime» ou de pendor conservador e/ou tradicionalista no qual assentou o salazar-marcelismo; o segundo definiu a construção de uma pujante e múltipla «cultura de resistência», em boa parte associada a um combate político que se mantém, embora sob novas condições, nos anos de democracia que se seguiram ao declínio do processo revolucionário de 1974-75; o terceiro esteve associado a uma «cultura das vanguardas», de uma natureza mais formalista e vinculada a um público circunscrito, em parte apostada na busca de caminhos alternativos ou suplementares aos dois primeiros; por último, o quarto caminho apontou para uma «cultura de expectativas» que visou a superação das anteriores possibilidades e, sob novas condições sociológicas, de comunicação e de linguagens, procurou explorar modos de representação do país e do mundo que visaram superar as circunstâncias locais das quais emergiram.

Rui Bebião é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de Estudos Sociais e diretor do Centro de Documentação 25 de Abril. Na década de 1980 esteve ligado à renovação dos estudos do barroco político e na seguinte ao reconhecimento dos modos de pensar a guerra em Portugal e na Europa dos séculos XVI a XVIII, área na qual em 1997 fez o doutoramento. A partir de então passou a interessar-se principalmente pela história das ideias políticas e culturais em curso a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Os seus atuais interesses académicos são a história do tempo presente, dos

intelectuais e das representações da utopia. Tem centenas de artigos e uma vintena de livros publicados de que é autor ou coautor, sendo o último *Tony Judt – historiador e intelectual público*. Colabora com regularidade em jornais, revistas e blogues, em particular com crítica de livros, crónicas e artigos de opinião.

DÉBORA DIAS

A Imprensa da Universidade de Coimbra nos circuitos do livro e como espaço de formação: de “estabelecimento modelar” (Salazar) à sua extinção (1934)

Nos anos de 1920, a Imprensa da Universidade era, das 25 unidades gráficas de Coimbra (36 no distrito), a que tinha uma maior capacidade de produção, saltando da média de cinco a seis trabalhadores para mais de 50, em 14 funções distintas. Dimensão que, com a transmissão da memória grupal, favorecia a criação de elos de solidariedade e de auxílio mútuo entre os seus assalariados, traduzidos na organização pioneira, desde meados do século XIX, de um Monte-Pio de Beneficência. Também não foi somente uma tipografia e uma editora, mas também funcionou como uma escola de artes tipográficas e de ofícios correlativos, descrita, em 1922, como “estabelecimento modelar” pelo então diretor da Misericórdia de Coimbra, António de Oliveira Salazar.

Esta comunicação se propõe a correlacionar a estrutura, as características editoriais e as redes formadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC) durante os anos de seu último diretor (1921-1934), Joaquim de Carvalho, antes do fecho da instituição por determinação do mesmo Salazar, agora chefe de um governo autoritário e inspirador de um regime. Ao atentarmos às características polivalentes da Imprensa, em grande parte proporcionadas pelo seu âmbito universitário, pela sua estrutura corporativa e concentração de funções, também buscamos refletir sobre as fases por que passa o objeto impresso, num diálogo com o modelo teorizado por Robert Darnton para descrever o “circuito de comunicação” dos livros (ou dos “documentos bibliográficos”, como ponderou posteriormente). A partir da correspondência administrativa, propõe-se levantar as características de um riquíssimo epistolário com fornecedores, autores e tradutores e, muito frequentemente, com leitores. Desde os contratos de direitos autorais e de tradução, a apreciação do manuscrito, a edição do texto, as decisões acerca da escolha do papel e da tinta, do tipo e tamanho de letra a ser utilizada, do desenho da capa, até aos custos, armazenamento e distribuição, venda e leitura do livro, nada parecia ser estranho a maior editora de livros eruditos em língua portuguesa, assim como uma das mais antigas oficinas tipográficas do país – também escola de formação e espaço de solidariedade laboral.

Busca-se, portanto, também compreender a ação de Joaquim de Carvalho como editor num período-chave que atravessou os finais da Primeira República, o Golpe Militar de 1926 e a formação do Estado Novo português. Um caminho não linear,

com repercussões no que respeita às liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, e, em consequência, no controle da circulação do impresso em Portugal.

Investigadora integrada do Centro de Humanidades (CHAM-FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC). Doutora em História Contemporânea pelo Departamento de História, Antropologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2017), com a tese *“A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho. Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)”*. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2010), com a dissertação *“Impressões do tempo. Os Almanques no Ceará (1870-1908)”*. É graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (2003). Tem experiência na área de História e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: história editorial, história social da leitura, história dos intelectuais e das instituições, intercâmbios luso-brasileiros, intelectuais e Estado Novo. Atualmente, investiga os intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal no século XX.

NUNO MEDEIROS

Livros para o grande consumo no Portugal contemporâneo: a editora Romano Torres

A comunicação corresponde a estudo de caso em que se procedeu à exploração e análise da edificação em Portugal de uma cultura impressa para um público consumidor do livro destinado ao maior número de pessoas possível. O caso analisado é o da editora Romano Torres, com uma intervenção de cerca de um século (1885/86-1990) na concepção e publicação de livros. A actuação da editora inscreve-se no processo de formação de uma cultura e de uma produção cultural de grande venda em Portugal, mau grado os atrasos estruturais da sociedade portuguesa. Apesar dos sucessivos obstáculos contextuais que os seus sucessivos editores Torres enfrentaram, este processo de construção cultural é visível no dinamismo, diversificação e crescimento da circulação da palavra escrita e impressa que se registou em Portugal desde meados do século XIX, tanto no plano da imprensa periódica como no do livro. A génese e crescimento da actividade editorial da Romano Torres, apostada desde o início em fornecer livros e leitura para o grande consumo em Portugal e onde quer que se falasse e lesse o português, ocorre num quadro de um alargamento das práticas culturais a grupos cada vez maiores, que se constituíram como subprodutos de mudanças sociais, políticas e económicas. João Romano Torres e Carlos Bregante Torres, os dois grandes editores da Romano Torres, foram seguramente artífices da palavra publicada que souberam participar activamente neste processo, contribuindo fortemente para a sua

configuração e para o recorte da literatura e dos livros em língua portuguesa durante os cem anos de actividade da editorial. Não abdicando de uma dimensão estética, valorativa e até pedagógica e informativa nos textos que fez sair do prelo, a editora apostou no grande consumo leitoral baseado mais numa fruição experiencial do que puramente abstracta, com particular penetração nas práticas culturais de certas camadas sociais mais propensas a uma relação deste tipo com o texto, mas de modo algum restrita a essas camadas, o que complica a sua classificação como editora popular.

Nuno Medeiros é professor de sociologia na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Doutorado em Sociologia, mestre em Sociologia Histórica e licenciado em Sociologia, é investigador em sociologia e história no IHC – Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, sendo ainda colaborador do H&TRC – Centro de Investigação em Saúde e Tecnologia do Instituto Politécnico de Lisboa e do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Uma das suas áreas de especialização é a sociologia histórica do livro, da edição, da livraria, da leitura e da cultura e comunicação impressas, bem como do património e das práticas culturais. No âmbito das publicações em torno destes domínios de pesquisa, podem ser destacados os seus livros *Edição e Editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (Imprensa de Ciências Sociais, 2010) e *O Livro no Portugal Contemporâneo* (Edições Outro Modo, 2018).

EMANUEL CAMEIRA

A acção da revista *&etc* no Portugal de inícios da década de 1970

Tomando a revista *&etc* (Jan. de 1973 – Out. de 1974) enquanto observatório privilegiado de uma particular via para a construção social da cultura impressa/editada, é objectivo principal desta comunicação dar a conhecer como, em Portugal, nos períodos final e de rescaldo da ditadura salazar-caetanista, uma determinada zona de cultura foi objecto do desempenho social de um papel, isto é, da intervenção editorial de um sujeito, Vitor Silva Tavares (1937-2015), que a projectou para o espaço público. Note-se porém que, em Agosto de 1975, quase um ano após o fim da publicação, Eduardo Lourenço qualificava nos seguintes termos os seus feitores: “a geração que aí se revelou é objectivamente o factor mais agressivamente subvertor do actual “status” socio-cultural e é natural que continue a sê-lo [...]”. Mas disse mais: que na revista se combinou uma cultura *nobre* com uma *pobre* (a síntese entre a “alta” e a “baixa” culturas, entre a cultura *cultivada/de elite* e a de *massas/comum*). Neste sentido, se interessa pensar de que forma o periódico em causa se singularizou, em termos ideológicos, estético-literários, de escopo crítico, face a outras iniciativas editoriais coetâneas, importa também aqui compreender como a contra-cultural revista *&etc* actuou, na sociedade portuguesa

da segunda metade do século XX, tanto num quadro de vigilância censória quanto de renascimento da liberdade de expressão, tal qual um veio de transmissão do espírito (libertário) do Maio de 68 francês/europeu. Algo que, por si só, permite evidenciar como os indivíduos não agem no vazio social ou, dito diferentemente, que a própria configuração da cultura impressa é permeável aos modos e histórias de vida dos que nela se implicam, às transformações socio-culturais e políticas mais amplas que caracterizam os contextos societais.

Licenciado em Sociologia pelo ISCTE-IUL, pós-graduado em Estudos Curatoriais pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e doutorado em Sociologia (especialidade de Sociologia da Cultura, da Comunicação e dos Estilos de Vida, com uma tese intitulada “A *&etc* de Vitor Silva Tavares – narrativa histórico-sociológica”) pelo Instituto de Ciências da mesma Universidade (ICS-UL). Na qualidade de Professor Auxiliar Convidado, vem leccionando nos mestrados em *Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Empreendedorismo e Estudos da Cultura e Estudos de Internet*, todos do ISCTE-IUL. No âmbito do extinto Observatório das Actividades Culturais (OAC), fez parte da equipa que realizou o *Inquérito ao Sector do Livro* (2007-2009), tendo sido também um dos investigadores que levou a cabo o projecto *A leitura digital – transformação do incentivo à leitura e das instituições do livro* (2011-2013), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e realizado no âmbito do CIES-IUL.

MANUEL DENIZ SILVA

As músicas do rés-do-chão: sobre os consumos culturais da pequena burguesia urbana na Lisboa da primeira metade do século XX

Numa crónica datada do Verão de 1911, o musicógrafo Alfredo Pinto (Sacavém) descreveu uma série de passeios que fez pelos diferentes bairros de Lisboa, em noites de intenso calor, durante os quais foi anotando as diferentes músicas que se podiam ouvir na rua, saindo das janelas abertas dos apartamentos. O seu objectivo era estudar “se haveria alguma ligação entre os habitantes d’esses bairros e as musicas executadas”, chegando à conclusão de que cada zona da cidade se caracterizava por uma “escolha de músicas completamente diferente”. Se na baixa, por exemplo, dominavam sobretudo as rapsódias e fantasias para piano de temas de operas célebres (*Norma, Traviata, Tosca* ou *Bohème*) ou os sucessos das “revistas do anno”, já na Avenida da Liberdade e nas Avenidas Novas ouvia-se Chopin, Grieg e até trechos da Walkíria, por entre romanzas de Massenet ou Tosti. Na geografia musical proposta por Alfredo Pinto (Sacavém), no entanto, era o bairro da Lapa aquele em que “a musica [sofria] um culto mais transcendente”, ouvindo-se não apenas o piano e as vozes, mas também instrumentos de corda interpretando repertório clássico (Bach, Mozart, Beethoven) e compositores recentes (Saint-Saens, Debussy, Strauss). No extremos oposto encontravam-se os bairros de Alfama e

Alcântara, que o musicógrafo não incluiu sequer no percurso das suas *flâneries*, convencido de que aí predominaria apenas o fado e as músicas ouvidas nos teatros de feira. Num universo ainda dominado pela prática instrumental amadora em contexto doméstico, Alfredo Pinto (Sacavém) refere apenas uma ocorrência de música gravada, “um disco da *Portuguesa*, arranhado por um gramophone barato”, acrescentando: “este divertimento como é predominio quasi sempre do rez-do-chão geralmente vemos a familia toda deliciada!”

Os passeios nocturnos de Alfredo Pinto (Sacavém) permitem-nos, deste modo, retrazar não apenas uma diferenciação horizontal entre as paisagem sonoras dos diferentes bairros da cidade no início do período republicano, como sugerem uma representação vertical ao nível dos próprios edifícios de habitação lisboetas, nos quais o “rés-do-chão” assumia uma posição particular, associada à pequena burguesia urbana formada por empregados, logistas e funcionários, que constituiu desde o final do século XIX a principal base de apoio do movimento republicano. Essa estratificação social e cultural da habitação lisboeta estará no centro de uma comédia, estreada em 1943 no Teatro Variedades, intitulada *Os vizinhos do rés-do-chão*, da autoria de Fernando Santos e Almeida Amaral, adaptada ao cinema em 1947 pelo realizador espanhol Alejandro Perla. O prédio em que a acção da peça se desenrola é ocupado por três famílias, uma aristocrática no primeiro andar, outra pequeno-burguesa no rés-do-chão, e enfim uma operária na cave. A distinção de classe é reforçada pelos seus consumos musicais, retratados durante um serão em que vemos os aristocratas ir ao Teatro de São Carlos assistir a um recital de piano, os proletários a uma colectividade onde se canta fado, e a família pequeno-burguesa ficar no seu apartamento à volta do aparelho de telefonia. Nesta comunicação procuraremos, através de uma análise das práticas culturais das três famílias retratadas na peça/filme, reflectir sobre as representações dos consumos culturais urbanos “intermédios”, situados entre o erudito e o popular, e em particular os associados à mercadorização dos objectos musicais pelas novas tecnologias de mediação tecnológica do som (rádio, fonografia, cinema sonoro).

Manuel Deniz Silva é investigador integrado do Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos de Música e Dança (INET-md), e professor auxiliar convidado no Departamento de Ciências Musicais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o seminário “História da Música em Portugal”. Licenciado em Ciências Musicais pela FCSH-UNL, doutorou-se em 2005 na Universidade de Paris 8 (St. Denis), com a tese “‘La musique a besoin d’une dictature’: musique et politique dans les premières années de l’État Nouveau Portugais (1926-1945)”. Actualmente, trabalha sobre a história da música no cinema em Portugal, da introdução do sonoro ao fim da ditadura (1931-1974), tendo sido investigador responsável do projecto “À escuta das imagens em movimento: novas metodologias interdisciplinares para o estudo do som e da música no cinema e nos media em Portugal”, financiado pela FCT (2010-2013). Participou na obra conjunta *A nossa telefonia: 75 anos de rádio pública em Portugal* (Lisboa: Tinta da China, 2010), co-editou *Indústrias de Música e Arquivos Sonoros*

em *Portugal no Século XX: práticas, contextos, patrimónios* (com Maria do Rosário Pestana, INET-md e Câmara Municipal de Cascais, 2014) e *Composing for the State: Music in 20th-Century Dictatorships* (com Esteban Buch e Igor Contreras, Farnham: Ashgate e Fondation Cini, 2016) e é co-autor de *Fernando Lopes-Graça (1906-1994): uma fotobiografia* (com António de Sousa, Cascais: Fundação D. Luís I, 2018). Entre 2009 e 2014 foi coordenador do grupo de investigação “Estudos Culturais em Música Erudita Ocidental” do INET-md, onde atualmente coordena a linha temática “Música e Média”. Foi vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Investigação em Música entre 2010 e 2013, e é editor da revista *Kinetophone, Journal of Music, Sound and Moving Image* e co-editor geral da *Revista Portuguesa de Musicologia (Nova Série)*.

PEDRO MOREIRA

No tempo das meninas da rádio: música, identidade nacional e “imaginação internacional”

A história das meninas da rádio cruza-se, no Portugal dos anos 30 e 40, com diversas realidades, nomeadamente com as associações e rádios de bairro, com o cinema, com a edição musical, com as políticas de programação da Emissora Nacional, e.o. As meninas da rádio que iniciavam maioritariamente as suas experiências radiofónicas nas pequenas estações de bairro, sonhavam com a admissão na Emissora Nacional e com a integração na sua estrutura de produção musical. Neste sentido, sobretudo com a entrada de António Ferro em 1941, as meninas da rádio são enquadradas no novo desígnio identitário de “aportuguesar” as emissões, mas sem perder as referências aos repertórios musicais internacionais. A contratação de compositores, arranjadores e a criação de orquestras auxiliaria, neste período, a sua integração nas recém-criadas estruturas de produção, nos novos programas lançados e, em alguns casos, na internacionalização com o apoio estatal. A institucionalização de modelos performativos internacionais na Emissora Nacional, sobretudo no caso de grupos de “irmãs”, à semelhança do cinema e da rádio norte-americana (como as Andrews Sisters ou as Boswell Sisters), espelha o olhar de António Ferro no que considerava ser o encontro de “Portugal com o mundo”, o “aportuguesar” dos repertórios e das emissões da rádio pública, sem perder a “imaginação internacional”.

Nesta apresentação, pretende-se assim destacar o percurso das meninas da rádio, problematizando-o a partir das linhas programáticas definidas por António Ferro para a rádiopública no contexto do Estado Novo.

Pedro Moreira é doutorado em Ciências Musicais (Etnomusicologia) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2013, defendeu a sua tese de doutoramento acerca da produção de música ligeira na Emissora Nacional entre 1934 e 1949. É investigador do Instituto de Etnomusicologia

– Centro de Estudos em Música e Dança e docente convidado da Escola Superior de Educação de Lisboa do IPL, Universidade de Évora e Universidade do Minho.

PAULO CUNHA

Cultura cinematográfica em Portugal (1940-50)

Inventado no final do séc. XIX, o cinema foi-se tornado, ao longo das primeiras décadas do século XX, um fenómeno crescentemente popular. Gradualmente, a rede de salas de cinema foi-se multiplicando e chegando a todo o território nacional, conferindo ao cinema um grande alcance social, o que também o valorizou para fins ideológicos e propagandísticos. Em poucos anos, o espectáculo cinematográfico constituiu-se como uma rede de comunicação e entretenimento de massas que potenciou a construção de uma cultura cinematográfica de matriz maioritariamente estrangeira que se foi consolidando ao longo dos anos 40 e 50.

O objectivo desta proposta será, a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, mapear a distribuição territorial e social da rede de salas de cinema e os filmes exibidos, tentando estabelecer relações sobre a circulação e a apropriação de imagens e narrativas cinematográficas com a Política do Espírito de António Ferro e da sua matriz nacionalista.

Paulo Cunha é professor auxiliar de cinema na Universidade da Beira Interior, onde dirige o curso de Mestrado em Cinema e membro do LabCom.IFP. É Coordenador Editorial da *Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento* e Doutor em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra, tendo publicado e proferido diversos textos e comunicações de cariz internacional sobre cinema português, políticas públicas, cinefilia e cineclubismo. É co-autor do livro *Cinema Português: Um Guia Essencial* (2013, São Paulo: SESI-SP) e autor de *Uma nova história do novo cinema português* (2018, Lisboa: Outro Modo).

ANDRÉ RUI GRAÇA

A Cultura Cinematográfica em Portugal na Segunda Metade do Século XX

Como o título sugere, esta comunicação propõe abordar a cultura cinematográfica do passado recente em Portugal na sua acepção mais vasta. Por um lado, em jeito de sistematização, far-se-á uma incursão pelas práticas de produção e realização de cinema em Portugal. Por outro, pretende-se dar conta da história do consumo de cinema por parte dos espectadores, de modo a identificar tendências. Por conseguinte, este estudo foca-se tanto nos criadores como no público, tentando compreender e caracterizar o conceito de “cultura cinematográfica” de formas diferentes e por vias distintas. O objetivo final será realizar uma justaposição

relativamente a estes dois lados da cultura cinematográfica, de modo a aferir em que pontos existem convergências e divergências.

A primeira parte procura retratar o cinema português através do seu desenvolvimento estético, tecnológico e ideológico, com o intento de fixar alguns pontos-chave que o permitam enquadrar dentro de um contexto social e cultural mais vasto. A segunda parte, ocupar-se-á de avaliar elementos preponderantes da literacia visual dos portugueses, através do estudo da circulação de obras fílmicas e da oferta audiovisual. Tudo isto como o propósito de clarificar até que ponto e de que modo essas condicionantes relativas à circulação de objectos culturais na sociedade terão enformado a cultura da maioria dos portugueses. Este estudo terá ainda em particular consideração dois outros pontos: a conjuntura que determinou a disponibilidade e difusão de oferta cultura; e a tensão, oposição, comunicação e eventual fluidez entre cultura popular e erudita, seja na forma como estes sinais se plasmam nas obras, seja no modo como se evidenciam em padrões de consumo.

Finalmente, a conclusão apresentará resultados relativos a ambos os pontos debaixo de escrutínio e à forma como eles se relacionaram e intersectaram no tempo e no espaço.

André Rui Graça é mestre e doutor em estudos fílmicos pela University College London. A sua investigação recente debruça-se sobre a história económica do cinema português, através do estudo do seu mercado e de fenómenos ligados à circulação, consumo e modos de produção. Atualmente é investigador integrado do CEIS20 – Universidade de Coimbra e coordena, conjuntamente com Manuela Penafria e Maria do Rosário Lupi Bello, o Grupo de Trabalho sobre Teoria dos Cineastas da AIM.

SÍLVIA CORREIA

A literatura da I Guerra Mundial face à metanarrativa nacional da tragédia

A I Guerra Mundial não foi só uma guerra de extensão e profundidade totais, foi também uma experiência muito íntima. Por meio da literatura de guerra, interessamos mostrar como os soldados portugueses, num inevitável diálogo com fórmulas públicas mais ou menos impostas ou mais ou menos assimiladas, mobilizam a experiência da guerra. Procuramos perceber como a memória cultural reflete a (re)definição da(s) identidade(s) do soldados pela forma como, face à a demanda de normalização da experiência da guerra e de retorno à normalidade, integram na sua história a experiência do evento-limite dentro de uma metanarrativa nacional da tragédia.

Professora do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e investigadora colaboradora no IHC da FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Licenciada pela Universidade do Minho (2004) e doutorada pela Universidade

Nova de Lisboa com o projeto intitulado “A política da memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito” (2011), publicado em 2015. Desenvolveu o projeto de pós-doutoramento, entre a Universidade Nova de Lisboa e a Brown University, sobre os regimes memoriais da guerra colonial em França e das guerras coloniais em Portugal. Atualmente, dedica-se aos estudo da literatura da I Guerra Mundial em Portugal.

JOSÉ NUNO MATOS

Censura vermelha: O Jornal e a greve da imprensa de 1921

No início de 1921, a produção da grande parte dos principais jornais de Lisboa seria suspensa por uma greve de jornalistas, tipógrafos e distribuidores. As opções por parte do leitor da capital limitaram-se então a um pequeno número de publicações, entre as quais *O Jornal*. Resultado da coligação entre as empresas jornalísticas, o seu principal era assegurar que a narrativa do acontecimento não fosse monopólio dos órgãos de informação afins à causa dos sindicalistas.

A ação refletia o contexto do pós-guerra, marcado pelo aumento do preço dos géneros essenciais e pela desvalorização salarial. O aumento do número de greves verificado ao longo de 1921, quatro anos após a tomada do Palácio de Inverno pelas forças bolcheviques, não suscitava apenas uma leitura económica, sendo visível no entusiasmo demonstrado pela imprensa operária. A possibilidade de se estar perante o prelúdio de uma revolução mais vasta, espalhada a todo o continente europeu, terá igualmente determinado uma mobilização da parte de quem via nessa hipótese uma ameaça à própria civilização.

A partir da análise da cobertura do acontecimento realizado pel’*O Jornal*, bem como dos exemplares d’*O Século* e d’*O Diário de Notícias* editados ao longo do conflito, esta apresentação visa analisar, em primeiro lugar, em que medida é que a produção jornalística se insere numa estratégia de luta, concentrando-se no tipo de argumentação desenvolvida em torno da greve e dos seus responsáveis. Num segundo momento, pretender-se-á identificar diferenças e/ou semelhanças entre os discursos veiculados pelos diários, contribuindo assim para a reflexão em torno da distinção entre jornalismo informativo e jornalismo político.

Licenciado e Mestre em Ciência Política, José Nuno Matos é doutorado em sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Tem dedicado a sua investigação às questões do trabalho, da precariedade e do jornalismo. Neste âmbito, é responsável pela publicação de várias obras, entre as quais *O Operário em Construção: do Empregado ao Precário* (2015) ou mais recentemente, em coordenação com Filipa Subtil e Carla Baptista, *A Crise do Jornalismo em Portugal* (2017).

PEDRO MARQUES GOMES

A imprensa que nasce na revolução e as lutas políticas de 1975

No período de transição da ditadura para a democracia em Portugal a relevância dos órgãos de comunicação social assumiu vários contornos. Foram meios privilegiados de transmissão de informações à opinião pública, mas, simultaneamente, envolveram-se nos acontecimentos, intervindo nas lutas políticas que ocorreram logo após o 25 de Abril de 1974. Não raras vezes, criaram factos políticos e estiveram, eles próprios, no centro de alguns dos mais emblemáticos combates então travados.

Deram voz aos principais actores político-militares, criticaram-nos e/ou elogiaram-nos, consoante a fase do processo revolucionário e a linha editorial que defendiam. Tudo aconteceu enquanto os órgãos de comunicação e jornalistas procuravam lidar e adaptar-se a uma nova realidade profissional, propiciada pela liberdade de expressão. Um processo que não foi pacífico, nem isento de contradições, mas que acompanhou as tendências que emergiram na sociedade portuguesa.

Nesta comunicação, analisamos as circunstâncias em que são criados novos títulos privados de Imprensa em 1975, as suas motivações e objectivos. Procuramos relacionar contextos, analisar estratégias e linhas editoriais e interpretar conteúdos.

Ao estudarmos os quatro principais periódicos criados em 1975 – *Jornal Novo*, *O Jornal*, *Tempo* e *A Luta* – deparamo-nos com projectos jornalísticos (com diferenças entre si) que, pretendendo ser uma alternativa à Imprensa então estatizada, foram, sob vários aspectos, inovadores e ousados, não deixando de serem também polémicos, de participarem activamente no curso dos acontecimentos e de se assumirem, inequivocamente, como defensores da legalidade democrática enquanto via política para o futuro do país.

Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Autor de *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975* (Alêtheia, 2014) e *A Revolução nos Media* (Co-coordenação, Tinta-da-China, 2014).

ÉRICA RODRIGUES

Portugal Revolucionário - A Censura Televisiva durante o PREC

Esta comunicação terá como objecto de trabalho uma série de incidentes em que programas televisivos foram censurados entre 1974 e 1976, depois de a censura instaurada pela ditadura ter sido abolida durante o Período Revolucionário Em Curso, dias passados sobre o 25 de Abril de 1974. Este trabalho será ancorado por uma série de entrevistas realizadas em 2018 a João Matos Silva, José Bogalheiro,

Maria Antónia Palla, Maria João Seixas, Rosa Coutinho Cabral e Solveig Nordlund, procurando mapear, compreender e contextualizar e o processo censório ad hoc que decorria neste período revolucionário e contribuindo para uma melhor compreensão do PREC.

Mestre na área das Ciências da Comunicação pelo Goldsmiths College e doutoranda em Cinema pelo Birkbeck College, Universidade de Londres, com o projecto de tese *Women in Portuguese Cinema Before and After the Revolution: Representation and Reality*. É investigadora associada do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. O impacto social do seu trabalho como realizadora granjeou-lhe uma Skillset Millennium Fellowship do governo britânico pela realização de documentários sobre o papel da arte na vida de refugiados. Faleiro Rodrigues é autora do capítulo *Representations of Sexuality and Gender in Portuguese Cinema During the Late Estado Novo and the Carnation Revolution*, no livro *Consumption and Gender in Southern Europe since the Long 1960s*, publicado pela Bloomsbury em 2016. É co-editora do futuro número temático da *Revista de História da Arte do IHA*, número este dedicado ao tema Censura e Arte. Entre várias conferências organizadas no Reino Unido e em Portugal, fez, juntamente com Luís Trindade, parte da comissão científica e organizadora da conferência *Quando Foram os anos 80? (When were the 1980s?)*, que decorreu no MUDE - Museu do Design e da Moda em Lisboa. No Reino Unido, é diretora-fundadora do Utopia - UK Portuguese Film Festival (em 2018, na sua 9ª edição) projecto financiado pelo Instituto Camões e, em Portugal, do Underscore - Festival de Música, Som, Imagem em Movimento e Arquivo.

TIAGO BAPTISTA

Lisboa, Crónica Anedótica: uma sinfonia urbana local

A primeira longa-metragem de J. Leitão de Barros é um filme extraordinário que combina influências estéticas e tradições artísticas tão diferentes como as vanguardas cinematográficas europeias, a reportagem jornalística ou o teatro de revista. Promovida à época da sua estreia não só como um “documentário”, mas também como uma “crónica”, *Lisboa, Crónica Anedótica* tem uma estrutura híbrida que confundiu críticos e a remeteu para um lugar secundário tanto na carreira de Leitão de Barros (que no mesmo ano estreou o aclamado *Maria do Mar*) como na história do cinema mudo português (*Douro, faina fluvial*, de Manoel de Oliveira, estreou no ano seguinte).

No entanto, este filme espelha um momento especialmente fértil da história do cinema e a diversidade de influências extra-cinematográficas que caracterizaram aquele período cultural e a própria carreira de Leitão de Barros. Lisboa traduz, por outras palavras, tanto a instabilidade do conceito e da prática do filme “documentário” (um termo então recente que teve, com este filme, uma das

primeiras utilizações em Portugal), como o interesse e a experiência profissional do realizador no campo do cinema, do jornalismo e do teatro.

Se virmos Lisboa como o resultado da intersecção destas áreas interpretaremos melhor não só a sua diversidade formal (entre o documentário e a ficção, entre o registo da modernidade e o elogio da tradição), mas também a sua construção episódica (entre o sketch teatral e a fotorreportagem temática) e a sua estrutura flexível (desdobrando-se em versões adaptadas a cada público: lisboeta, português ou estrangeiro) – isto é, tudo aquilo que faz dela uma obra especialmente importante e reveladora sobre a cultura portuguesa no final dos anos de 1920

Tiago Baptista é director do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, o centro de conservação da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema. É doutorado em *Film and Screen Media* pela Universidade de Londres (Birkbeck College), investigador integrado do Instituto de História Contemporânea — NOVA FCSH e professor auxiliar da FCH da Universidade Católica Portuguesa.

RUI LOPES

Silvas, bigodes e barretinas: o olhar português sobre outras portugalidades

Durante o Estado Novo, foram produzidas fora de Portugal mais de uma centena de obras de ficção cinematográfica cujos enredos se desenrolavam, pelo menos parcialmente, em território português, incluindo o espaço colonial. Trata-se de um conjunto vasto e diversificado, expandido ao longo de décadas, quer pela máquina industrial de Hollywood (*Lisbon*, de Ray Milland; *Macao*, de Josef von Sternberg), quer pelo chamado cinema de autor europeu (*La peau douce*, de François Truffaut; *Queimada*, de Gillo Pontecorvo). São filmes de diferentes géneros (policiais, dramas românticos, comédias) – alguns rodados em Portugal ou nas colónias, outros recriando de forma mais ou menos imaginosa o país em estúdios ou outras localizações. O que estes objectos têm em comum é que, mesmo quando envolveram uma dose de colaboração com as autoridades locais, apresentam um olhar idiossincrático sobre Portugal, projectando uma visão da sua sociedade, cultura e da própria materialidade (paisagens, monumentos, roupas, etc.) cunhada fora do contexto de produção cultural português, sem a supervisão final das instâncias de poder do Estado Novo, e direccionada sobretudo para um público estrangeiro.

Grande parte das produções não foi exibida em Portugal na altura, mas algumas foram-no com grande destaque (em particular, *The Miracle of Our Lady of Fatima*, de John Brahm). Enquanto objectos culturais, estes filmes detinham um potencial relativamente específico, o de mostrar ao público português a sua realidade visualizada e ficcionada a partir de uma perspectiva externa. De modo a examinar o modo como essa dimensão se articulou com as vontades e possibilidades de

consumo cultural durante o Estado Novo, esta comunicação debruçar-se-á sobre o percurso e recepção dessas obras em Portugal, discutindo o modo como foram encaradas pelo aparelho de censura, pelas distribuidoras, pelo público, pela crítica e por outros tipos de imprensa. Analisar o seu lugar (ou rejeição) na cultura de massas em Portugal permitirá reflectir sobre os contornos dessa cultura, em particular sobre a sua típica associação a noções de 'portugalidade' e validação externa.

Rui Lopes é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Doutorou-se em História Internacional na London School of Economics and Political Science e é autor do livro *West Germany and the Portuguese Dictatorship, 1968-1974: Between Cold War and Colonialism* (Palgrave MacMillan 2014), bem como de vários artigos sobre a dimensão internacional do Estado Novo. Actualmente, a sua investigação debruça-se sobre as imagens da ditadura e colonialismo portugueses na ficção audiovisual de diferentes países, sendo ainda coordenador do projecto *Amílcar Cabral, da História Política às Políticas da Memória*. É também membro do conselho editorial da revista *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*.

MARIANA LIZ

Lisboa e o Cinema na viragem do século

Blue skies and sunny days, the river and the bridge, the decaying (or renewed) historical centre: how has the cinematic vision of Lisbon changed in international film productions between 1980 and the turn to the 21st century? Considering as case studies *In the White City* (Alain Tanner, 1983), *Lisbon Story* (Wim Wenders, 1994), *Foreign Land* (Walter Salles, Daniela Thomas, 1995), *Night Train to Lisbon* (Bille August, 2013) and *I Was in Lisbon and Remembered You* (José Barahona, 2015), this presentation examines the transnational status of Lisbon and of contemporary cinema. It is structured into three sections, each covering a historical period and one or two film case studies. We move from the democratic transition of Portugal to its most European period, and finally into a post-austerity period of global openness yet uncertainty, underpinned by a desire for cosmopolitan status and the massive expansion of tourism. Although rarely examined in the expanding cinema and the city literature, contemporary Lisbon is a particularly fruitful case study for the analysis of the link between cinema and the city. This is a city characterized by a dichotomy structured on its geographical, political and financial 'smallness' (when not insignificance), on the one hand, and its international visibility and exposure, on the other. By focusing on cultural aspects of this urban landscape, this presentation addresses issues such as the notion of periphery in an increasingly globalized era, ongoing Europeanization processes and the exposure of small nations to dominating transnational networks, as well as the development of

the heritage industry and tourism, particularly through the moving image.

Mariana Liz completed a PhD at King's College London in 2012. She taught at King's and Queen Mary, University of London, and at the University of Leeds, UK (2013-2016). She is the author of *Euro-Visions* (2016), editor of *Portugal's Global Cinema* (2018) and co-editor of *The Europeaness of European Cinema* (2015). She has published on contemporary European cinema and Portuguese film in *Studies in European Cinema* and the *Journal of Romance Studies*, among others. She is currently a post-doctoral fellow at the Institute of Social Sciences, University of Lisbon, in Portugal, where she conducts research on European cities, cinema and tourism.

ÁUREA ADÃO e MARIA JOSÉ REMÉDIOS

A educação da Mulher nos últimos decénios do Estado Novo: outras fontes e novos olhares

Numa sociedade em que o Chefe do Governo, personificação do Estado Novo, se torna o *dominador* e os cidadãos os *dominados*, nela há diferença de grau, cabendo ao homem um lugar superior ao da mulher, ao inscrever-se o Portugal estado novista na lógica patriarcal do mundo ocidental. Na família, primeiro agente de socialização, a mãe educava o rapaz nos primeiros anos, mas quando este entrava na adolescência surgia como fundamental a referência direta masculina no seu processo educativo, ao passo que a educação das raparigas competia essencialmente às mulheres, quer no seio do ambiente familiar, quer nos meios escolares e extra-escolares. Por outro lado, sobretudo nas últimas décadas do Estado Novo (1960-1970), muitas mulheres entraram na vida ativa numa forma forçada, fazendo-o por necessidade económica, no caso dos casais mais jovens, e as da classe mais popular cujos maridos haviam migrado. Não podemos ainda ignorar, que o conhecimento das alterações de mentalidade que aconteciam na Europa e nos EUA, assim como da atividade de organizações internacionais, chegava a Portugal apesar da Censura imposta.

Era sobretudo por intermédio de instituições culturais que conseguiam sobreviver a muitos custos políticos e sociais, de eventos cívicos e outras iniciativas, nomeadamente produtos jornalísticos, que a condição / situação da mulher ia sendo estudada e divulgada, ambas decorrentes da Educação que lhe estava governamentalmente proporcionada e daquela que outros, conhecedores das realidades internacionais, desejavam para Portugal.

Se devemos reconhecer que os Estudos sobre a Mulher, tal como os estudos no âmbito da História da Educação e, ainda, aqueles que têm privilegiado a educação das mulheres se vêm incrementando entre nós, não podemos ignorar que o trabalho de investigação sobre tais domínios continua a confrontar-se com dificuldades do

ponto de vista da recolha, inventariação e interpretação de fontes. É, pois, à questão das fontes para uma historiografia da educação da mulher que queremos dar atenção, abrangendo tanto a educação formal como a informal. E, ao fazê-lo, pretendemos privilegiar não só as fontes gerais, mas também documentos de um âmbito mais específico, referentes a eventos culturais – colóquios, conferências e mesas redondas –, congressos políticos – situacionistas ou oposicionistas –, assim como estudos de circulação mais restrita ou obras de autores estrangeiros de referência naquele tempo e que foram traduzidas e divulgadas, por vezes à revelia da Censura, assim como espaços femininos na imprensa generalista. E, ainda, valorizar decisões tomadas por organizações internacionais que, apesar da tentativa de ocultação por parte do regime autoritário do Estado Novo, eram do conhecimento de grupos restritos. Ou seja, documentação pouco ou nada trabalhada e que poderá contribuir para outros olhares relativamente às temáticas de género durante as últimas décadas do regime do Estado Novo.

Áurea Adão é licenciada em História pela Universidade de Lisboa, possui o grau de “Docteur du 3^{ème} cycle en Sciences de l’Éducation” pela Universidade de Bordéus II (França) e de Doutor em Educação (História e Filosofia da Educação) pela Universidade de Lisboa. É investigadora da Fundação Calouste Gulbenkian, na situação de reformada, e, actualmente, investigadora colaboradora da UIDEF do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Recebeu, em 1997, o Prémio “Dr. Rui Grácio” atribuído pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Entre 1993 e 1995, foi membro da Direção da *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE). É sócia da Associação de História da Educação de Portugal e da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. É autora, co-autora e organizadora de um amplo conjunto de estudos no âmbito da História da Educação, publicados em livro e em revistas nacionais e estrangeiras.

Maria José Remédios Bacharel em Ciências Religiosas, licenciada em Filosofia e mestre em Ciências da Educação, pela Universidade Católica Portuguesa, doutoranda de Ciências da Educação, vertente História da Educação, no IE, Universidade de Lisboa. Professora do quadro de nomeação definitiva do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre.

Integrou as equipas dos projectos, financiados pela FCT, *Dicionário no Feminino, A educação na imprensa periódica (1945-1974)* e *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura, em Portugal (1820-1986)*. Membro do grupo de investigação Faces de Eva da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, integra, ainda, o corpo redatorial da revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*. Autora de trabalhos na área das Ciências da Educação, com destaque para a Formação de Professores e História da Educação, em nome individual ou em co-autoria, publicados em revistas e em obras colectivas, nacionais e estrangeiras, tem participado com comunicações em colóquios e congressos, nacionais e internacionais.

JOAQUIM PINTASILGO

As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX em Portugal: o exemplo da Academia de Estudos Livres

O ambiente cultural português do final do século XIX e primeiras décadas do século XX foi propício ao desenvolvimento das preocupações com a educação popular. A crença de raiz positivista no papel decisivo da educação e da cultura como fonte de progresso e regeneração social, o investimento político republicano, considerado inseparável do combate contra o analfabetismo, e o labor cultural de pendor iluminista da maçonaria foram algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo e a sua educação no centro do debate político e social. A educação e a cultura surgiam, assim, como peças chave da formação de um cidadão consciente e participativo e da construção de uma sociedade nova, sem lugar para a ignorância e para os preconceitos, crença esta que se tornou uma das grandes referências míticas desse momento histórico e cultural. No que diz respeito à educação permanente de adultos e à vulgarização científica e cultural, tema central da presente comunicação, difundiu-se no período um importante conjunto de instituições, vocacionadas para essa área, conhecidas por universidades livres ou universidades populares, as mais conhecidas das quais foram as universidades populares fundadas, a partir de 1912, pela Renascença Portuguesa (Porto, Coimbra, Vila Real e Póvoa do Varzim) e a Universidade Popular Portuguesa, criada em Lisboa em 1919. Analisaremos, previamente, o debate sobre as universidades populares na imprensa pedagógica, tomando como ponto de partida as reflexões de um dos intelectuais que mais contribuiu para a sua divulgação, Jaime Cortesão. Procuraremos, em seguida, refletir sobre o projeto educativo de uma dessas instituições, que assumiu o papel de pioneira, a Academia de Estudos Livres, fundada em Lisboa em 1889 e que definiu, a partir de 1904, como Universidade Popular. Utilizamos como fontes principais da pesquisa subjacente a este trabalho as duas publicações periódicas da Academia: os *Anais da Academia de Estudos Livres - Universidade Popular* (1912-1916), uma espécie de órgão da associação, e o periódico estudantil *A Mocidade* (1910-1911). Utilizámos, complementarmente, a revista *A Vida Portuguesa* (1912-1915), dirigida pelo já referido Jaime Cortesão.

Joaquim Pintassilgo é Doutor em História pela Universidade de Salamanca (1996), Mestre em História Cultural pela Universidade Nova de Lisboa (1987) e Licenciado em História pela Universidade de Lisboa (1982). É Professor Associado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. É Presidente da Direção da *Associação de História da Educação de Portugal* (HISTEDUP), tendo sido, entre 2013 e 2016, membro do Comité Executivo da *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE). Pertence aos Conselhos Editoriais de um conjunto de revistas internacionais e tem sido membro de Comissões Organizadoras e Científicas e conferencista em diversos congressos. Foi, igualmente, Professor ou Investigador Visitante em algumas universidades internacionais. Tem coordenado e incluído as

equipas de diversos projetos de investigação nacionais e internacionais, coordenando neste momento o projeto *INOVAR - Roteiros da Inovação Pedagógica* (2016-2019). É autor, coautor ou organizador de obras diversas nas áreas da História da Educação e da História da Cultura e de um conjunto vasto de artigos em revistas nacionais e internacionais e de capítulos em obras coletivas.

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES

Ensino Técnico Profissional e Desenvolvimento

No tempo longo dos séculos XIX e XX o Ensino Técnico (tal como a alfabetização) foi considerado um elemento nevrálgico do progresso de um País. Progresso significava sobretudo ser capaz de desenvolver o capitalismo industrial e financeiro e para isso era fundamental a existência de “técnicos” bem preparados. A Escola assumia-se como o espaço essencial de formação sendo urgente o investimento do Estado no sistema educativo, nomeadamente nas Escolas Técnicas. O capital humano era considerado um fator e mecanismo de e para a industrialização. Afirmava-se que “o ensino técnico devia ter um efeito direto e poderoso no desenvolvimento da riqueza pública “

A mudança sistemática no aparelho produtivo, nos períodos mais recentes, veio alterar este sentido de formação, demasiado indexada a um tipo de produção e pouco maleável face à necessidade de uma adaptação permanente. O centro da mudança passou a ser menos a componente técnica e mais o elemento humano, visto agora como um capital que deve estar em permanente formação e atualização. Neste sentido o objetivo central da comunicação é as aproximações e distanciamentos entre os objetivos económicos e educativos. Apesar desta manifestação de intenções, só no ano letivo de 1884-85 começaram efetivamente a funcionar algumas das escolas industriais e comerciais consideradas imprescindíveis em meados do século. A regeneração política devia ser acompanhada de uma regeneração económica. A adesão imediata por parte dos alunos é mais uma prova da vontade social em participar nessa mudança. Nos inícios do século XX, esta profissão de fé era reiterada quando se afirmava que “(...) na escola técnica estava a força, o direito e o futuro de um povo (...)”. Mantém-se claramente a ideia que havia necessidade de se formarem produtores para o tecido operário industrial de forma a garantirmos a produção de riqueza que nos aproximasse dos países mais desenvolvidos. A mudança, em termos de filosofia do ensino técnico, verifica-se na sequência da segunda guerra mundial. No Relatório da grande reforma de 1948 há uma tentativa clara de valorizar a competência técnica aproximando-a da formação intelectual. Evidentemente que, no quadro da educação do Estado Novo, visava também libertar os Liceus da grande pressão em termos de população escolar incentivando alunos a inscreverem-se nas Escolas Técnicas. Esta valorização educativa do Ensino Técnico não evitou uma crescente aproximação entre os papéis

deste tipo de Escolas e os Liceus, aproximação que atingiu a sobreposição quando, na sequência da reforma de Veiga Simão à entrada da década de 70, Liceu e Escola Técnica se fundem nas “novas” escolas secundárias. Hoje numa sociedade de conhecimento que enfatiza as competências de “banda larga” a competência técnica pode ser outra, mas a filosofia desse ensino específico terá de passar pelo abandono mental da sua estigmatização e pela aposta na sua complementaridade em termos de oferta educativa e de inserção profissional.

Professor associado com agregação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras do Porto. Docente de História Contemporânea de Portugal, História da Educação e Didática da História.

Investigador do CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Coordenador do grupo – Educação e Desafios Societais. Investigador do projeto PTDC/MHC-CED/0893/2014 intitulado “Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX sediado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Autor ou co-autor de várias obras, destacando: *História da educação: fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: balanço da investigação portuguesa*. Porto, CITCEM/HISTEDUP, 2015; *ISCAP- Sob o prisma da História*. Porto, 2013; *ISEP 150 Anos - Memória e Identidade*. Porto, Edições Gémeo, 2005; *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa, Secretaria Geral do Ministério da Educação, 2009.

JORGE RAMOS DO Ó

A Universidade Portuguesa e a estrutural tensão entre Ensino e Investigação

Esta comunicação centra-se na Universidade de Lisboa durante o salazarismo, mas procura dar um contributo direto para uma discussão, ainda por fazer em Portugal, necessariamente teórica e prática, mas em última instância de natureza pedagógica, que consiste em perceber como passar de um sistema de ensino superior baseado na transmissão de conhecimentos para outro assente no desenvolvimento de competências de investigação.

Não obstante as profundas transformações ocorridas no tecido do ensino superior português nas últimas décadas, visíveis mormente no avanço sustentado dos estudos pós-graduados, o debate sobre a ligação entre a universidade e a ciência permanece entre nós aberto e, a vários títulos, ainda um debate mal resolvido. Uma importante explicação encontra-se, naturalmente, na estrutural resistência à mudança decorrente de velhos hábitos de trabalho instalados, muito mais focados na ‘conservação, acumulação e transmissão’ do saber das várias províncias disciplinares do que propriamente nas dinâmicas que sustentam a sua ‘ideação e construção’ de novos objetos e territórios científicos. Na verdade, e como é consensual entre os historiadores, até ao último quartel do século passado a

instituição universitária portuguesa esgotou-se quase só nas tarefas de ensino e permaneceu afastada da prática da investigação, a não ser em áreas muito específicas; mas é igualmente certo que, nos nossos dias, ainda não produzimos a necessária análise dos ‘processos investigativos’ que, a partir da interação entre professores e alunos, permitem a criação, a transmissão e a difusão da cultura, da ciência e da tecnologia no seu patamar mais elevado. Entendo que só através deste movimento de natureza autorreflexiva a Universidade portuguesa poderá efetivamente materializar o que vem definindo como a sua linha de rumo na atualidade – a abertura à sociedade e uma política ativa de transferência de conhecimento e de inovação tecnológica, designadamente em domínios de fronteira e em programas de ligação entre diferentes grupos e disciplinas.

Doutor em História da Educação pela Universidade de Lisboa e mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado com agregação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Tem escrito sobre análise do discurso história política, histórica cultural e das mentalidades, especialmente durante o período do Estado Novo, e também sobre história da educação e da pedagogia, num período mais longo e que se estende de meados do século XIX a meados de Novecentos. Orienta um seminário de pós-graduação sobre as articulações entre leitura e escrita. Integra a Comissão Científica do Doutoramento em Artes (Artes Performativas e da Imagem em Movimento) da Universidade de Lisboa e do Instituto Politécnico de Lisboa. Co-director do Doutoramento em Educação Artística oferecido pelas Universidades do Porto e de Lisboa. Editor de *Sisyfus – Journal of Education*.

LEONOR LOSA

Trajectórias da implantação do mercado fonográfico em Portugal nas primeiras décadas do século XX

Esta comunicação propõe abordar as dinâmicas locais na tomada de contacto da sociedade portuguesa com a música gravada no final do século XIX e as particularidades da implantação do mercado local de fonogramas no país.

Compreendendo a *música gravada como prática social* proponho um olhar sobre a articulação entre *formatos* de escuta e os *reportórios* no início do século que possa contribuir com uma perspectiva analítica crítica acerca da constituição do terreno da *música popular* que ultrapassa o modo localizado da comunicação.

A aproximação da realidade Portuguesa à *modernidade* deu-se concomitantemente aos avanços industriais, comerciais e sociais dos países centrais Europeus e Norte Americanos. Contudo, tendo em conta o contexto económico, político e social, as trajectórias de *modernização* do país não se inscrevem nas grandes narrativas da história ocidental.

A investigação ao redor da *modernização sonora* com enfoque nos seus agentes locais, nos meios de disseminação, no processo de estabilização dos reportórios gravados e no modo como foram recepcionados, contribui para localizar a trajetória da sociedade portuguesa na Europa e no mundo.

Na primeira década do século XX, através de projectos comerciais individuais pequenos lojistas dos centros urbanos foram responsáveis pelo desenvolvimento de um mercado fonográfico local dinâmico. As tipologias comerciais alternativas e sofisticadas que então desenvolveram escapam aos modelos dicotómicos da literatura que colocam em evidência por um lado, os países industrializados e, por outro, o que intermitentemente concebeu como “países pequenos” (Wallis e Malm 1984), “países periféricos” (Gronow 1983) “países não ocidentais” (Manuel 2001).

Com enfoque temporal no período da ‘gravação acústica’ (o período que se estende da introdução das tecnologias de gravação e reprodução sonora na última década do século XIX até à introdução da tecnologia de gravação eléctrica no final dos anos 20 do século XX) nesta comunicação tentarei demonstrar quem foram os *agentes* da constituição do mercado local de música gravada, e de que modo, face à ausência de actividade industrial fonográfica no país, contornaram a dependência relativamente a estruturas industriais internacionais.

Por outro lado, apesar de muito dinâmico, este foi um mercado culturalmente marginal e negativamente simbolizado. Ausente das práticas e consumos das classe dominantes orientadas para contextos de apresentação social de música, a práticas de consumo ao redor da música gravada nas primeiras duas décadas do século XX, foram arena de definição de fronteiras entre práticas culturais e da criação de regimes de exclusão discursivos. Se a emergência da música gravada formalizou transversalmente aquilo que modernamente se concebe como ‘música popular’, nesta comunicação tentarei demonstrar como ao terreno do popular na música se configurou em Portugal menos alicerçado nos materiais musicais do que nas modalidades e práticas de consumo. Deste modo, atendendo à dialética entre os *reportórios* consumidos e os *formatos* e *práticas* de consumo, ‘popular’ e ‘erudito’ serão aqui debatidos como *práticas* num contínuo de significação em constante negociação.

Leonor Losa nasceu em Braga em 1981. Investigadora na área da etnomusicologia no INET-Md (UNL-FCSH), o seu trabalho lida em particular com a *mudança* no campo da música popular e as suas articulações com as dimensões sociais, políticas, económicas e institucionais. Tem desenvolvido reflexão sobre as políticas, estéticas e discursos da indústria discográfica em Portugal, campo de estudos da música que contribui para configurar. Recentemente investigou as dinâmicas de implantação do mercado discográfico em Portugal no início do século XX e a mobilidade social da música gravada, cujos resultados são apresentados no livro *‘Machinas Fallantes’: A música gravada em Portugal no início do século XX*. Assumindo um registo focado no sujeito e uma narrativa de carácter biográfico, na sua tese de mestrado *“Nós humanizámos a indústria”: a reconfiguração da produção*

fonográfica e musical em Portugal nos anos 60 trabalhou o papel desempenhado pelo editor discográfico Arnaldo Trindade e a editora Orfeu na emergência de valores sociais de oposição ao regime no seio da “música popular portuguesa” durante o período pré-revolucionário. Na tentativa de continuar a aprofundar o estudo acerca da editora, do editor, dos músicos que constam do seu catálogo e das memórias do período, contribui para a criação do projecto de investigação ORFEU que conta com a colaboração de investigadores nacionais e internacionais nos domínios da etnomusicologia, história, sociologia e design, e se encontra em fase de arranque no Instituto de Etnomusicologia. Foi membro da equipa editorial e redactora da *Enciclopédia da música em Portugal no séc. XX* (coord. Salwa Castelo-Branco) onde escreveu, entre outros assuntos, sobre a indústria discográfica em Portugal e as principais editoras com actividade no país, partindo de investigação pioneira e original. Tem colaborado com diferentes quadrantes da sociedade civil divulgando os resultados da investigação. Colabora no projecto “Musique et politiques mémorielles: émergences, histoire, appropriations” (POLIMUS) do CREM - Centre de Recherche en Ethnomusicologie - LESC - UMR 7186 – CNRS. É, desde 2015, membro da direcção da Sociedade Portuguesa de Investigação em Música.

JOÃO RICARDO DA SILVA PINTO

A programação musical televisiva nos primórdios da RTP (1956-64): uma visão multidimensional

Ao contrário do que se tem verificado com outros meios de comunicação a televisão tem sido muito pouco estudada no que diz respeito à sua relação com a música. Para além de alguns estudos que incidem em programas específicos, não existe ainda um conhecimento sistemático da presença musical na programação televisiva e conseqüentemente da sua produção e receção. Contudo, a opinião de que a televisão teve uma grande influência na sociedade portuguesa na segunda metade do século XX parece ser incontestável.

Conforme pude constatar ao longo da investigação para a realização da minha tese de doutoramento, a presença musical nos ecrãs de televisão é um facto muito evidente. A análise das grelhas de programação desde o primeiro dia de emissões (4 de setembro de 1956) até ao momento que a RTP passa a dispor da tecnologia de videotape (janeiro de 1964), permitiu conhecer a existência de cerca de 3500 momentos televisivos em que a música foi um elemento central, ou se quisermos programas com música de ecrã. A forte presença do elemento musical na programação ao longo dos primeiros oito anos de televisão em Portugal, enquadrados no período do Estado Novo, evidencia a importância do estudo da relação música/televisão que se verificou ao nível de diferentes categorias musicais: erudita, folclórica, ligeira, jazz, entre outras.

Se até meados da década de 1950 a imagem em movimento associada à música era

exclusiva do cinema, esta passou a caracterizar-se por ser transmitida pela televisão, isto é, em direto e caracterizada pela sua domesticidade. Estas características tiveram não só implicações no meio mediático, como na realidade social portuguesa.

Para além da relação entre o cinema e a televisão, que também se verificou pela transmissão televisiva de filmes produzidos para as salas de cinema, o estudo da televisão só é possível tendo em conta o meio mediático pré-existente, bem como as alterações que o novo meio de comunicação veio provocar. Hoje não tenho dúvidas de que a presença musical nos primórdios da televisão em Portugal foi, sobretudo, alimentada por toda a atividade já existente, pelo que, estudar a relação música/televisão é estudar todos os processos e interligações do meio mediático, tendo em conta não só aspetos musicais, mas também técnicos, de regulamentação, de organização da indústria, da estrutura das organizações, das carreiras profissionais e dos mercados.

Esta perspetiva conduz-nos a uma visão multidimensional, seja pela sua interdisciplinaridade, seja pela análise da televisão como elemento da indústria cultural. Deste modo, pretendo dar a conhecer a importância da compreensão da televisão partindo do estudo da imagem em movimento associado à música nas suas diferentes dimensões, assumindo sempre a televisão como um *mass media* de mediação de conteúdos culturais.

Doutorando em Ciências Musicais (variante de Etnomusicologia) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), instituição na qual obteve o grau de mestre na mesma área científica, em 2004. Após investigação sobre culturas urbanas, nomeadamente sobre as Marchas Populares de Lisboa (tema da tese de mestrado), desenvolve atualmente investigação no âmbito dos *media studies*, com enfoque nos primórdios da televisão em Portugal (1956-1964). Das suas publicações importa salientar: “A vertente musical nas Marchas Populares de Lisboa” (2007) in Joana Amaral (ed.) *cumplICIDADE*. Câmara Municipal de Lisboa: EGEAC; “Da Rádio para a Televisão: Modelos e Processos de Produção Musical nos Primórdios da Televisão em Portugal” (2014) in Marco Brescia e Rosana Marreco Brescia (eds.) *Actas do II Encontro Ibero-Americano de Jovens Musicólogos*. Tagus-Atlanticus Associação Cultural: Porto; e “VEDETAS PRECISAM-SE”: o papel da revista Rádio e Televisão na criação de novos intérpretes em Portugal no início da década de 1960” (2017) in *Cuardenos de ETNOMusicología*, 10 (183-210). SIBE – Sociedad de Etnomusicología: Barcelona.

Grande parte da sua atividade profissional tem sido como docente. Entre 2005 e 2012 foi professor adjunto de Expressão Musical e da Didática das Expressões na licenciatura e mestrado em Educação Básica e Educação Social; e atualmente é assistente convidado na Escola Superior de Educação de Lisboa, onde leciona Música I. Entre 2008 e 2010 foi diretor pedagógico da escola de música Musicentro, onde leciona guitarra clássica como atividade extracurricular atualmente. Foi júri das Marchas Populares de Lisboa entre 2008 e 2012. No que se refere à

investigação é, desde 2004, investigador colaborador no Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (INET-MD), apresentando com regularidade parte do seu trabalho em congressos nacionais e internacionais.

LUÍS TRINDADE

A programação do quotidiano: transmissões radiofónicas e televisivas

Através da análise combinada da expansão dos períodos de emissão radiofónica e televisiva no pós-guerra, por um lado, e da evolução das importações de aparelhos de recepção e reprodução de sons e imagens, por outro, esta apresentação procurará identificar algumas transformações qualitativas na relação dos ouvintes e telespectadores portugueses com a radiodifusão. Mais especificamente, procuraremos refletir sobre como o desenvolvimento tecnológico subjacente à massificação cultural implica formas progressivamente mais complexas de apropriação cultural. As emissões, deste ponto de vista, serão vistas como um elemento chave da constituição do quotidiano da sociedade portuguesa moderna, um palco de tensões entre formas de controle e de autonomia.

Luís Trindade ensina história e cultura portuguesa em Birkbeck, Universidade de Londres. O seu livro mais recente, *Narratives in Motion. Journalism and modernist events in 1920s Portugal*, foi publicado pela Berghahn Books em 2016. Publicou também sobre as histórias do nacionalismo, marxismo, Cinema Português e a cultura de massa em Portugal no século vinte. Desde 2015, desenvolve um projeto financiado pela FCT sobre a cultura audiovisual em Portugal de 1950 a 1990, no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

RICARDO ANDRADE

“Rock português, lembram-se?” - as indústrias da fonografia, da rádio, televisão e imprensa na construção e promoção do “boom” do rock em Portugal de inícios da década de 1980

Durante as décadas de 1960 e 1970, a gravação de repertório original no universo do pop-rock em Portugal constituía uma prática invulgar e deveras circunscrita, a qual frequentemente cumpria, na óptica de diversos músicos e editores, uma função meramente promocional. A escassa possibilidade de gravação e consequente promoção na rádio dificultava a apresentação de grupos ao vivo noutros moldes que não fossem os da interpretação de versões de êxitos internacionais em contextos festivos (bailes, festas de finalistas, e.o.). Este cenário contrastava com a crescente popularidade, sobretudo no universo anglo-americano, do concerto rock enquanto modelo de apresentação e da obra fonográfica enquanto conceito de

materialização de repertório em disco. Estes constituíam dois dos aspectos que vários músicos em Portugal procuravam emular, apesar de limitações de variada ordem.

Em finais da década de 1970, mudanças nas estruturas directivas editoriais, o surgimento de novos programas de rádio exclusivamente dedicados ao pop-rock e uma nova imprensa “especializada” contribuíram para o primeiro grande momento de sucesso comercial de discos de grupos rock gravados em Portugal e cantados em português. A publicação, em 1980, de canções como Chico Fininho, de Rui Veloso e a Banda Sonora, e Cavalos de Corrida, do grupo UHF, constituíram marcos inaugurais deste sucesso, ao qual foi atribuída a expressão “boom do rock português” pela imprensa periódica de então. A emergente aposta nestes estilos motivou o aparecimento de novos produtores e técnicos de som, empresas de som ao vivo e agências de artistas, assim como a reconfiguração das características de vários grupos que procuraram alinhar-se com o fenómeno, inclusive no crescente recurso à língua portuguesa no texto cantado, aspecto frequentemente desprezado até ao período no âmbito das práticas do rock. Esta reconfiguração ocorre num momento em que a proliferação de discos e de concursos dedicados ao “rock português”, frequentemente organizados por agentes ligados às várias indústrias, reforçou as expectativas de gravação por parte de novos grupos, vários dos quais foram criados com base na possibilidade de publicação fonográfica.

Esta comunicação pretende expôr alguns dos aspectos que tornam fulcral a compreensão da articulação entre as várias indústrias ligadas à prática musical no estudo deste universo, ilustrando também o papel dos seus agentes não só enquanto intermediários entre grupos e audiências, mas também enquanto participantes activos na configuração da actividade musical dos grupos e respectivo repertório.

Ricardo Andrade é doutorando em Etnomusicologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (INET-MD). Licenciou-se em Ciências Musicais na mesma instituição universitária, onde também realizou e defendeu uma dissertação de mestrado sobre o domínio do rock sinfónico / progressivo em Portugal na década de 1970. Encontra-se actualmente a finalizar uma dissertação de doutoramento sobre o “boom” do rock em Portugal de inícios da década de 1980 e, em colaboração com Hugo Castro e António Tilly, a elaborar um livro sobre a actividade musical de José Mário Branco. É também membro da actual direcção da Associação Lopes-Graça.

BEATRIZ PERALTA GARCÍA

A formação da intelectualidade operária: do fracasso do ensino elementar e profissional ao sucesso autodidata

A educação dos operários foi um dos temas fortes do movimento socialista. Os historiadores têm mostrado o seu interesse pelas iniciativas geradas no seio das organizações operárias neste sentido, como a criação das escolas para as crianças. Trata-se de iniciativas de carácter privado fora da precária rede do ensino primário e secundário do Estado. Porém, tem-se prestado muito menos atenção à formação académica da intelectualidade operária, tal vez porque deixou escasso rasto na documentação. Uma das razões para esta escassez de fontes tem a ver com o facto de essa formação ser autodidata. Este artigo visa reconstituir e analisar a formação académica e intelectual da intelectualidade socialista tomando como exemplo a Ernesto da Silva (1868-1903), compositor tipógrafo, jornalista e dramaturgo, cuja obra reflete uma vasta cultura a vários níveis: profissional, ideológico e literário. Tivemos oportunidade de nos debruçarmos sobre este autor nalguns artigos publicados em revistas académicas: «El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva», *Revista Historia Autónoma*, nº 11, septiembre de 2017, pp. 89-107; «Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva», *Historia Social. Fundación Instituto de Historia Social*, Valencia, nº 89, 2017 (III), pp. 53-71; e «Los orígenes del teatro socialista en Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva», *Revista da Faculdade de Letras. História*, IV Série, Vol. 7, nº 2, 2017, pp. 216-236. Avançar no conhecimento da personalidade de este autor permitir-nos-á aprofundar na história do Partido Socialista Português a través da biografia de um dos seus vultos mais significativos.

Beatriz Peralta García é doutora em História pela Universidade de Salamanca, onde também se licenciou em Geografia e Historia, e em Filologia Portuguesa. É ainda Licenciada em História pela Universidade de Coimbra. Os seus estudos estão orientados à história social e cultural de Portugal no século XIX e até à Primeira República, com realce para as relações Espanha-Portugal, e p movimento operário socialista português. Entre as últimas publicações *La memoria vivida y la memoria contada. Portugal y la difusión popular de la historia en la novela histórica de actualidad*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2017; «El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva», *Revista Historia Autónoma*, nº 11, septiembre de 2017, pp. 89-107; «Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva», *Historia Social. Fundación Instituto de Historia Social*, U.N.E.D., Valencia, nº 89, 2017 (III), pp. 53-71; e «Los orígenes del teatro socialista en Portugal: *O Capital* (1895), de Ernesto da Silva», *Revista da Faculdade de Letras. História*, IV Série, vol. 7, nº 2, 2017, pp. 216-236.

DANIEL MELO

Letra livre no Portugal ufanista: das leituras vigiadas à interpelação dos cânones

Nesta comunicação busco compreender a evolução cultural ocorrida no século XX português a partir duma abordagem que articula distintos contributos disciplinares,

cruzando em especial alfabetização, leitura, edição e censura. Creio que é um modo metodologicamente pertinente para atestar como essa mesma evolução cultural foi afectada por factores estruturais, como os legados censório e anti-alfabetização, que interagiram com fenómenos surgidos em oitocentos, como um certo cânone literário-escolar e a obsessão no controlo das leituras dos novos auditórios (jovens, mulheres, operários), a par de constrangimentos sucessivos à democratização cultural.

Importa, por isso, averiguar de que modo fenómenos socioculturais e políticos com esta magnitude influenciaram o relacionamento entre as distintas esferas política e cultural e que efeitos singulares produziram. E de que modo foram influenciados por outros fenómenos de génese supranacional, como a massificação do impresso e a consolidação da cultura de massas em geral.

As constantes culturais que daí derivaram não podem anular a necessária atenção à contenda, ao dissídio, à alternativa. O resultado é um complexo jogo de projectos, encenações e forças, que inclui o recurso ao debate possível. Através dele ecoaram a desautorização da esfera cultural pela prova do estereótipo (o atraso cultural como justificação para o conformismo e a inoperância) e múltiplas fobias: ao estudo, à crítica, à complexidade e à emancipação. Parece assim que a esfera cultural teve uma especial apetência para juntar fantasmas oriundos das mais diversas proveniências.

Investigador integrado e vice-coordenador do grupo de investigação «Leitura e formas da escrita» do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Doutor em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL, Prémio de História Contemporânea Victor de Sá para a sua tese *A leitura pública no Portugal contemporâneo* (ICS, 2004). Autor do artigo “«Education and culture for the masses»: sociocultural debates and legacies in the mid-twentieth century” (in Portuguese Studies, 2011) e do capítulo de livro “A cultura” (in História contemporânea de Portugal, 1808-2010, Lisboa, Objectiva, vol. 4, 2015). Desenvolve presentemente um projecto de pesquisa sobre a circulação do impresso no espaço ibero-americano, financiado pela FCT-MCTES. É coordenador da secção portuguesa do Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI), projecto conjunto da Consejo Superior de Investigaciones Científicas e da Fundação Miguel de Cervantes. Tem-se dedicado em especial ao estudo das políticas culturais e de educação popular, da história do livro, das bibliotecas e da edição. Para mais vd. <https://unl-pt.academia.edu/DanielMelo>.

PEDRO GOMES e MATILDE MACHADO

A Escolarização em Portugal em 1940 e o Plano dos Centenários: Uma análise quantitativa

Em dezembro de 1940, o Governo português aprovou um plano nacional de construção de escolas primárias denominado “Plano dos Centenários”. O Plano tinha por objectivo a construção de um máximo de 6809 edifícios em todo o país — correspondentes a um total de 11458 salas de aula — num período de 10 anos. Este investimento significaria uma nova escola para cada 90 crianças de 7-10 anos de idade e representaria um aumento de 60% dos estabelecimentos de ensino primário existentes. O objectivo deste trabalho é descrever a situação da escolarização em Portugal à data do Plano dos Centenários e a estratégia de distribuição de escolas primárias seguida pelo Plano. Através de uma exaustiva recolha de dados e de uma detalhada análise estatística, a nossa principal contribuição é estabelecer vários factos que possam concorrer para futuras análises sobre a educação em Portugal, não só na área de Economia — procedência dos autores —, mas também em outras áreas de conhecimento que se têm vindo a debruçar sobre esta temática, como História, Sociologia, Geografia, Ciências da Educação ou mesmo Arquitectura e História da Arte.

Para este fim, recorreremos a três fontes principais na construção das nossas bases de dados. A primeira destas é extraída das Estatísticas da Educação do ano lectivo 1940-1941 e é utilizada para caracterizar a situação da escolaridade no início do período em análise ao nível do distrito e do concelho. A segunda base de dados tem informação sobre as escolas e as salas de aula planeadas em 1941; é retirada directamente do documento Mapa Definitivo das Obras de Escolas Primárias (1943), que consiste na listagem do número de escolas e de salas de aula previstas por freguesia. Do Censo de 1940, recolhemos dados demográficos da população ao nível do distrito, do concelho e da freguesia, com os quais constituímos a terceira base de dados.

Em 1940, o país apresentava uma distribuição deficitária de estabelecimentos de ensino primário, com apenas um estabelecimento de ensino por cada 700 habitantes, sendo o sul desfavorecido, não só em termos de quantidade mas também de qualidade. O abandono escolar era elevado, apenas 45% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª classes se matriculavam também na 3ª e 4ª classes, afectando sobretudo o género feminino. As assimetrias regionais na taxa de alfabetização eram significativas, variando entre 27% em Beja e 60% em Lisboa. Mais desagregadamente, a variação das taxas de alfabetização entre concelhos estava principalmente relacionada com o número de professores por residente; com a qualidade de ensino; com a densidade populacional, bem como com outros factores demográficos. Com o Plano dos Centenários o país passaria a ter um estabelecimento de ensino por cada 440 habitantes. Da nossa análise, concluímos que o Plano previa a construção de mais escolas e de salas de aula em concelhos e freguesias com menores taxas de alfabetização. Ao nível do concelho, diferenças de 1 ponto percentual na percentagem de crianças de 7 a 13 anos que sabiam ler traduziam-se em diferenças de 2 escolas e 3 salas planeadas por 1000 residentes.

Pedro Gomes is Senior Lecturer, Dept. Economics, Maths and Stats, Birkbeck

University of London. Ph.D. in Economics at the London School of Economics. Thesis title: "Macroeconomic effects of fiscal policy". Recent publications: "Heterogeneity and the public sector wage policy". *International Economic Review*, forthcoming, 2018; "Human capital and the size distribution of firms", *Review of Economic Dynamics*, 26, 164-179, with Z. Kuehn, 2017; "Evaluating three decades of the European Capital of Culture programme.", *Journal of Cultural Economics*, 1-17, with A. Librero-Cano, 2017; "Unobserved Heterogeneity, Exit Rates and Re-employment Wages." *Scandinavian Journal of Economics*, 119(2), 375-404, with J. Fernandez-Blanco, 2017.

Matilde Machado is Deputy Vice-President for Strategy and Digital Education, Department of Economics, Universidad Carlos III de Madrid, Spain. Ph.D., Economics, Boston University, Boston, MA.

Research Interests: Empirical Industrial Organization and Health Economics, Applied Econometrics. Recent publications: "The Impact of a Permanent Income Shock on the Situation of Women in the Household: the case of a pension reform in Argentina" (with Inés Berniell and Dolores de la Mata), *Economic Development and Cultural Change*, Forthcoming; "Coverage of Infertility Treatment and Fertility Outcomes" (with Anna Sanz-de-Galdeano), *SERIEs. The journal of the Spanish Economic Association*, 6(4), December 2015.

Painel: A Industrialização da música em Portugal

GONÇALO ANTUNES DE OLIVEIRA

Esta Lisboa que eu amo: "vendaval de música e multidão de vedetas". O caso dos reis da rádio Simone de Oliveira e António Calvário

MARIA ESPÍRITO SANTO

Diversidade e sistema de estrelato no programa Serões para Trabalhadores na década de 1960 em Portugal

SOFIA VIEIRA LOPES

À espera de canções: o Festival RTP da Canção e o sistema de estrelato em Portugal na década de 1960

Na década de 1960, a cidade de Lisboa reunia um conjunto de espaços de entretenimento onde o público podia ter acesso a uma diversidade de práticas musicais com características bastante heterogéneas. Não obstante o seu declínio, o Teatro de Revista continuava a assumir um peso preponderante nas escolhas do público português, construindo em certos casos discursos direccionados para o

turismo. Este género teatral assumiu-se, desde meados do século XIX, enquanto uma plataforma de lançamento de novos artistas e de repertórios, mediatizados pelas restantes indústrias da música em Portugal.

Desde os anos os anos 1930 que a Rádio, nomeadamente a Emissora Nacional, vinha a ter um papel preponderante quer no estabelecimento de cânones estéticos, quer na radiodifusão de práticas e artistas, tornando-os acessíveis a uma audiência mais vasta, quer na própria organização de espectáculos ao vivo de carácter itinerante e doutrinário, como os *Serões para Trabalhadores*. Intimamente ligada com estes dois contextos, e cumprindo os mesmos princípios que fundaram os seus antecessores, a televisão surge em Portugal no final da década de 1950, e apropria-se das práticas musicais já existentes e reconhecidas pelo público. O carácter de novidade que lhe é conferido pela capacidade de aproximar, através do som e da imagem, locais e pessoas aparentemente distantes, torna-a num *medium* privilegiado também para um conjunto de práticas musicais. A circulação destas práticas e de artistas que já se assistia entre as diferentes indústrias passou também pela televisão, o que contribuiu para a mudança de hábitos de consumo e estilos de vida dos portugueses. Agora, o que era inacessível a alguns pela sua concentração na capital e os rostos cujas vozes apenas se conheciam surgem nos ecrãs de televisão e congregam públicos à distância.

Este painel congrega três investigações sobre domínios da música em Portugal que se complementam: o teatro de revista, a rádio e a televisão, partindo de exemplos concretos para debater a circulação de práticas musicais no âmbito da *popular music* em Portugal na década de 1960. A primeira apresentação centra-se no papel pioneiro de Vasco Morgado e do caso concreto da revista *Esta Lisboa que eu Amo* (1966), como exemplo de recrutamento de duas vedetas celebrizadas, entre outros motivos, por terem sido eleitas Rainha e Rei da Rádio pela revista *Flama*, e por terem vencido o Festival RTP da Canção; a segunda apresentação desenvolverá o seu trajecto na Rádio, concretizando a importância dos *Serões para Trabalhadores* na construção de uma carreira artística em Portugal; a terceira apresentação descreverá a importância do Festival RTP da Canção nessa carreira, consubstanciando a ideia de construção simbólica inerente a um sistema de vedetas fortemente mediatizadas pela imprensa, pela indústria fonográfica, pela rádio e pelo teatro.

Gonçalo Antunes de Oliveira é investigador do Instituto de Etnomusicologia - Centro de Estudos em Música e Dança (INET-md) desde 2004, iniciou a sua formação académica na Universidade Católica Portuguesa em Economia, tendo posteriormente optado por uma mudança de curso superior, ingressando em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas no ano 2000. Especializando-se em Sociologia da Música, concluiu a sua licenciatura em 2003. Completou a Pós-Graduação em Sociologia do Conhecimento em 2004, altura em que já desenvolvia trabalho de investigação para a Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX enquanto redactor, na qual integrava também a Equipa Editorial. Em 2005 integrou a primeira equipa da Candidatura do Fado a Património

da Humanidade (projecto Fado no Século XX: uma Abordagem Multidisciplinar ao Património Cultural Intangível Português), no âmbito da qual construiu a Base de dados de fonogramas históricos (78 rpm) de fado e outros géneros de música popular. Foi neste contexto que descobriu o vasto campo de que constitui o Teatro de Revista em Portugal, tendo-o escolhido como tema de especialização no âmbito da sua Dissertação de Doutoramento. Colaborou em projectos como A Indústria Fonográfica em Portugal no Século XX, Jazz em Portugal: Os legados de Luís Villas-Boas e do Hot Clube de Portugal, e.o. Considerando a sua área de especialização, foi convidado pelo Museu Nacional do Teatro e da Dança para co-coordenar o projecto *História do Teatro e do Espectáculo em Portugal*, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Movido ainda pelo seu interesse pela cidade de Lisboa (contexto de todo o seu trabalho de investigação), desenvolveu substancial trabalho de investigação em torno da toponímia lisboeta. Actualmente desenvolver actividades de coordenação associadas ao desenvolvimento do Banco de Dados do INET-md.

Maria Espírito Santo é doutoranda em Ciências Musicais na variante Etnomusicologia na NOVA FCSH, sendo bolseira do Programa Doutoral “Música como Cultura e Cognição”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia” (desde 2017).

É licenciada em Jornalismo (Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, 2010) e Mestre em Ciências Musicais, na variante de Etnomusicologia (FCSH), com uma tese dedicada ao estudo das relações entre música e identidade num colectivo de bandas que tocam música balcânica em Lisboa. A actual investigação de doutoramento dedica-se ao estudo da categoria musical fado como representação simbólica da nação.

Sofia Vieira Lopes é doutoranda em Etnomusicologia (FCSH-NOVA / INET-md). É Licenciada e Mestre em Ciências Musicais – Etnomusicologia (FCSH-NOVA), com a dissertação intitulada: “*Dois horas vivas numa TV morta*”: *Zip-Zip, Música e Televisão no preâmbulo da democracia em Portugal*. Durante a licenciatura, foi bolseira (BII-FCT) do projecto “A indústria fonográfica em Portugal no Séc. XX” (INET-md). Actualmente desenvolve trabalho de investigação no âmbito do Festival RTP da Canção, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo já publicado diversos artigos em revistas internacionais e apresentado o seu trabalho em diversas conferências dentro e fora do país. O seu interesse pelo universo das Bandas Filarmónicas em Portugal reflecte-se na publicação bilingue comemorativa dos 150 anos da Sociedade Musical Eurterpe, Portalegre (Lopes 2013). Foi docente de História da Música no Conservatório de Música de Ourém e Fátima e no Conservatório das Artes da Associação Canto Firme (Tomar). Leccionou Formação Musical, Desenvolvimento Criativo, Classe de Conjunto e foi vogal da Direcção Pedagógica na Escola das Artes de Sines.

PEDRO REIS

Os primórdios do teatro na Trofa

A futura cidade da Trofa na década de vinte do século passado, ia se tornando aos poucos e poucos uma referência a nível nacional na industrialização e via no seu berço a ser realizada uma verdadeira revolução. As chaminés das fábricas iam rasgando o céu, recebia em massa pessoas de outros concelhos e vilas do país e tinham de surgir as estruturas de apoio ao lazer operário para apoiar esse enorme movimento demográfico.

No ano de 1925, escrevia-se na imprensa local de Santo Tirso que a freguesia de S. Martinho de Bougado precisava de um centro para as pessoas se divertirem, uma casa de diversões, onde os trofenses e sobretudo os que visitavam a Trofa se pudessem divertir e a passar serões animados. Relatando que era comum em Santo Tirso haver teatro.

Um mês depois, em julho de 1925, relatada no *Jornal de Santo Tirso*, na festa da inauguração do teatro. Um enorme armazém, pertença de José da Fonseca Sampaio havendo um enorme movimento de pessoas e de automóveis. Um armazém com dois pisos, destacando o papel de Camilo Augusto Vieira como um dos maiores responsáveis para que a Trofa tivesse teatro.

Um espaço com muita luz natural, tendo no seu pano de centro representada a Ponte Pênsil e ficando aquele espaço denominado como Teatro Ideal Trofense.

Posteriormente, seria fundada uma companhia de teatro para depois os lucros da exploração dos seus espetáculos ser utilizada para a criação de um quartel de bombeiros e uma bomba para incêndios, contudo rapidamente acabaria por cair no esquecimento esse objetivo, descrevendo essa situação na imprensa em janeiro de 1926.

O sonho do teatro acabaria por morrer na mesma época, a renda do espaço era de 400 escudos, a receita de bilheteira não deveria ser significativa, acabando por falir a companhia, realizando uma assembleia geral de trabalhadores que acabaram por encerrar o teatro no domingo seguinte e leiloar os móveis e cenários. Uma curta odisseia de apenas seis meses de existência.

Posteriormente e após este encerramento a Trofa iria receber a sua nova casa de espetáculos no topo do Parque Nossa Senhora dos Dores, próximo ao entroncamento entre a Rainha Santa Isabel e a Avenida Mosteiró que acabaria por ser pasto para as chamas.

Nos meses seguintes, uma campanha para a obtenção de fundos para a reconstrução do edifício de S. M. Bougado, o proprietário Alfredo Guedes Machado estava com dificuldades em recuperado imóvel e a pouca aderência ao pedido financeiro fez com que a Trofa perdesse um dos poucos divertimentos que tinha até à transformação dos antigos fornos de cal em teatro, batizado após a atuação do

famoso ator à época Alves da Cunha nascido em 1889, com o seu nome naquele espaço.

Paralelamente em Santiago de Bougado a outra freguesia que constitui a cidade, o teatro ia-se desenvolvendo de forma tímida com o surgimento das primeiras companhias de teatro de cariz claramente amador e popular.

Licenciado em História, com mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo aluno de doutoramento em História na mesma faculdade. Natural de Fornelo (Vila do Conde) colabora há dois anos com o jornal local escrevendo crónicas sobre a história da cidade que o acolheu (Trofa), não ignorando as várias comunicações realizadas em vários congressos de história.

JOÃO PEDRO COSTA

O Círculo Eborense e o gosto musical da “classe dominante” na viragem para o século XX

Esta comunicação tem como propósito discutir o gosto musical da “classe dominante” – termo de Karl Marx (1976) – frequentadora do Círculo Eborense, partindo da consulta de periódicos e ainda os documentos presentes nesta associação.

O Círculo foi fundado em 1837 por elementos da elite eborense (Justino 2001, 14), tendo como objetivo a “instructiva recreação” dos seus associados (*Estatutos* 1837).

O acesso a novos membros era filtrado “com base no valor da jóia e das cotizações mensais e [d]as competências socioculturais necessárias para a participação nas práticas de sociabilidade [aqui] efectuadas” (Bernardo 2001, 89). Para além do exposto, cada proposta de admissão teria de ser “feita e assignada por um socio, pelo menos, e entregue á direcção”, contendo “o nome do proposto, sua profissão e residência” (*Estatutos* 1880). Este sistema tinha como intuito “proteger o grupo do exterior, não tanto contra as outras classes, excluídas de antemão, mas contra as outras fracções de classe ou os recém-chegados da mesma fracção” (Bourdieu 2010, 260).

De entre os associados, segundo o estudo de Maria Bernardo (2001) é perceptível que a grande maioria são membros tanto da aristocracia como da burguesia, no entanto a mesma autora salienta que conseguiu obter informações, apenas, de 78 dos 231 sócios que compunham a associação até 1910 (Bernardo 2001, 115). Esta partilha do mesmo espaço por ambas vai de encontro com William Weber (2015) quando refere que no período abordado, ambos teriam gostos semelhantes, frequentando tanto concertos como espetáculos musico-teatrais. Inclusive, segundo Weber (1979) grande parte da burguesia estava familiarmente ligada à aristocracia, porém estes eram filhos mais novos para os quais não existiam títulos disponíveis e devido a isso, como forma de manter ou equiparar o estatuto social, aumentavam o

seu “capital escolar”, ingressando, posteriormente nas profissões liberais.

Para além das práticas culturais realizadas no Círculo, alguns membros tiveram, igualmente, ligados a outros eventos e instituições, sendo de destacar a fundação da Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Resende (1881), tendo esta o objetivo de angariar o “capital económico” para a edificação de um teatro; o apoio financeiro à Escola do Grupo de Amadores de Música Eborenses; as reuniões familiares; e ainda as sociedades exploradoras do Teatro Garcia de Resende.

João Costa é mestrando em Ciências Musicais – vertente Musicologia Histórica – na UNL-FCSH e membro do Núcleo de Estudos em Música na Imprensa – pertencente ao Grupo Teoria Crítica e Comunicação, do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM). Em 2017 concluiu a licenciatura em Musicologia pela Universidade de Évora e neste mesmo ano foi bolsheiro de investigação. As suas áreas de interesse centram-se nos gostos e sociabilidades musicais entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do seguinte, tanto em Portugal como no Brasil, com especial foco no jornalismo musical.

JOÃO MOREIRA

O Café do Vá-Vá. Do cinema novo à política nova (1958-1968)

É inquestionável o papel desempenhado pelos cafés como meio de sociabilidade ao longo do século XX, muitas vezes autênticos espaços de liberdade no contexto de regimes ditatoriais. No quadro do regime salazarista, estes revestiam-se de especial importância para um setor de estudantes, artistas e intelectuais cosmopolitas, culturalmente envolvidos e politicamente empenhados.

Apesar de nestes espaços de tertúlia serem interminavelmente discutidos os mais variados temas políticos, culturais, artísticos e desportivos, muitos dos cafés citadinos não serviam apenas de encontro da «crítica». Pelo contrário, ali nasceriam novas formas de fazer cinema, música e política, entre outros.

O Café Vá-Vá é, nesse quadro, um exemplo paradigmático. Oficialmente inaugurado em 1958, o «Vá-Vá», como era carinhosamente tratado pelos seus clientes, haveria de se celebrar pela frequência assídua de uma geração de jovens intelectuais, cineastas, publicitários e dirigentes associativos que viria a ter grande relevância no quadro político e cultural português, a partir da década de 1960. É o caso de José Medeiros Ferreira, João Martins Pereira e Jorge Almeida Fernandes, no plano intelectual, político e jornalístico; de Luís Villas-Boas, fundador Festival de Jazz de Cascais; de Paulo Rocha, João César Monteiro, António Pedro Vasconcelos e Lauro António, no Cinema; dos Sheiks de Paulo Carvalho e Fernando Tordo, na música.

É nesse contexto que se compreende a afirmação de Enzo Traverso de que a Boémia «tem sido um dos locais para a [...] preparação espiritual» da Revolução, «a

sua antecipação estética, a sua prefiguração utópica, por vezes a sua elaboração intelectual e a sua organização política» (Traverso, 2016, 150).

Assim, esta comunicação pretende, num primeiro momento, compreender o lugar do Vá-Vá no meio cultural lisboeta da década de 1960 e, num segundo momento, analisar os diferentes discursos das personalidades referidas, não apenas sobre aquele café-tertúlia, mas também sobre o mundo que as rodeava: as suas influências estéticas, filosóficas e políticas.

Bolseiro FCT e doutorando em História no Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRISTINA GOUVEIA

Bonecos, histórias aos quadrinhos e banda desenhada - é tudo o mesmo?

A banda desenhada nasce na imprensa, na segunda metade do séc. XIX, intimamente ligada ao desenvolvimento das indústrias gráficas, em estreita relação com o humor, num contexto de crítica de costumes e sátira política, e em que a imagem individual da caricatura se desdobra em sequência narrativa. Surge nos jornais, primeiro em tiras, depois ocupando páginas, secções e suplementos. Inicialmente dirigida a um público adulto, cedo se criam publicações específicas para crianças e jovens.

Muito se tem discutido sobre as origens da BD, havendo até quem busque as suas raízes na distância milenar das pinturas rupestres. Mas é no papel, na sua impressão e distribuição massiva que encontra a expressão e o sentido da sua criação plástica e literária, enquanto produto de uma cultura de massas. Essa construção híbrida, com texto e imagem, possui uma linguagem própria, fruto de apropriações várias. Pois, não sendo a BD literatura, o texto é um dos seus elementos. Não sendo pintura nem ilustração, o desenho constitui uma componente essencial. E, se a sua imagem não tem movimento, tal não impede que, para contar uma história, adopte como suas muitas das técnicas do cinema, da mesma forma que recorre às noções básicas da fotografia, das artes gráficas e do teatro.

O seu nome varia de acordo com a época e o contexto cultural em que se insere. No mundo franco-belga, é *bande dessinée* mas começou por ser *philactère* ou *illustré*, quanto à forma, e *histoire ou récits en images* ou *histoire racontée en dessins*, em referência ao conteúdo. Os italianos conhecem-na por *fumetti*, o fuminho dos balões. Nos EUA, e no mundo anglo-saxónico em geral, os *funnies* deram lugar aos *comics*. Encontram-se os mesmos *comics* em Espanha, e também *historietas* e *tebeos*. Para os brasileiros são *histórias em quadrinhos* ou *gibis*. Em Portugal, ficaram conhecidas por bonecos, *histórias aos quadrinhos* e, mais tarde, *banda desenhada*.

Desde o final dos anos 60, entretanto, a BD, sobretudo a europeia, reclama-se de *Nona Arte*, tem museus próprios, e pranchas e ilustrações que atingem valores na ordem das centenas de milhares de euros. É caso para perguntar se esta alteração de paradigma é reconhecível no modo e no tempo como estas publicações foram entendidas e produzidas, no equipamento e tecnologia utilizados, nos agentes envolvidos, autores e editores, na sua distribuição e leitura? A que correspondem aquelas variações terminológicas? Designativos de época para uma única linguagem formal? Ou variações estruturais de uma mesma criação?

As diferenças de nomenclatura para as várias expressões do que hoje se designa por banda desenhada, são o ponto de partida para pensar a imprensa infantil e juvenil portuguesa, a partir de 1915 e até aos anos 60. Questiona-se em que medida elas evidenciam transformações significativas, tanto do ponto de vista criativo e editorial, quanto sobre a natureza e função social destas publicações que uma visão anacrónica e ahistórica, projectada a partir da noção de banda desenhada, tende a obscurecer.

Cristina Gouveia, doutoranda em História, especialidade em História Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com investigação sobre a imprensa infantil e juvenil portuguesa, anos 30 a 60 do século XX. Mestre em Museologia e Património (2009), pela mesma universidade, com a dissertação *Da Definição de um Património à Concepção de um Museu, Sobre a Criação de um Museu de Banda Desenhada na Cidade da Amadora*. Investigadora do Instituto de História Contemporânea, estuda temas relacionados com as publicações periódicas de histórias aos quadradinhos na confluência de diversas problemáticas como banda desenhada, história oral, cultura de massas, património, imprensa e indústrias gráficas. Técnica Superior da Câmara Municipal da Amadora, na Casa Roque Gameiro, integrou o Comissariado do AmadoraBD, Festival Internacional de BD, de 1998 a 2014, e coordenou o Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, entre 2000 e 2015. Comissariou diversas exposições, entre as quais *Roque Gameiro na Imprensa, a “desenhar e a documentar graficamente”*, em 2017, e *A I República na Génese da Banda Desenhada e no Olhar do Século XXI*, em 2010, incluída na programação nacional das Comemorações do Centenário da República.

RICARDO MARQUES

Ilustradores portugueses e Ilustração na primeira república portuguesa: o caso das revistas literárias

No que toca ao estudo devotado à ilustração e aos ilustradores a partir de 1910, pode-se afirmar que o desequilíbrio e a desproporção é evidente: enquanto existem variadíssimos estudos sobre os anos 20, sobretudo a partir da publicação de *presença*, já no que toca a publicações periódicas e não periódicas desses primeiros

16 anos (1910-1926) pouco se tem falado profundamente sob este enfoque duplo artístico-literário, e quando se fala, é quase sempre sobre publicações em livro, as mesmas (Ferro, Almada) e sempre sobre as mesmas revistas (*Orpheu*, *Portugal Futurista*, *Contemporânea*).

A razão desta parca atenção é fácil de perceber: muitos destes artistas só se afirmam realmente a partir de 1926: Emmerico volta para Portugal nesse ano, e começa extensa colaboração com o ABC, nesse mesmo ano, Tom (Thomaz de Mello), outro ilustrador importante, vem para Portugal, vindo do Rio de Janeiro natal, Fred Kradolfer, suíço de nascença e extremamente importante para essa primeira geração, só se radica em Portugal a partir de Agosto de 1924 etc. O próprio José-Augusto França di-lo no seu prefácio a *A Arte Portuguesa no século XX*, quando fala das três gerações de artistas de 1911 a 1961, balizas temporais do seu volume (p.15): « A «primeira» começou a agir nos anos 10 e actuou nos seguintes, sobretudo no decénio de 20, com maior ou menor impacte». Trataremos então de procurar nessas revistas surgidas com a República o embrião dessa primeira geração de artistas-ilustradores modernos.

Talvez seja útil distinguir, a priori, entre dois tipos de revistas, coincidentes e coexistentes neste período: por um lado, revistas literárias e artísticas mais ou menos efémeras, com poucos números e por isso com uma duração limitada (cujos exemplos já referimos acima), e revistas de variedades, com pouco interesse literário (apesar de muitas vezes referirem o adjectivo no seu subtítulo) e com um largo número de colaboradores, muitas vezes com várias séries e por isso uma longa duração (*ABC*, *Ilustração Portuguesa* e *O Século Ilustrado*, serão os melhores exemplos). Falaremos apenas das primeiras, equacionando-as, naturalmente, com as segundas, tentando mostrar um retrato mais ou menos fiel do panorama cultural dos agentes literários e artísticos entre as duas décadas.

Licenciado em Estudos Portugueses e Ingleses e doutorado em Estudos Portugueses pela FCSH-UNL, onde desenvolve investigação no âmbito de alguns institutos (IELT, IEMo e CETAPS). Investiga as relações literárias e culturais anglo-portuguesas, sobretudo no que diz respeito ao Modernismo e à eclosão das publicações periódicas do modernismo literário e artístico lusófono, tema de que se ocupa presentemente na execução de um projecto de investigação pós-doutoral (aprovado pela FCT).

Desenvolve actividade crítica em revistas da especialidade (*Colóquio-Letras*, *JL*, *Relâmpago*) sendo também tradutor de poesia, tendo editado dispersamente algumas dessas traduções. Neste âmbito foram publicados, entre 2011 e 2017, as antologias poéticas de Tennessee Williams, Amy Lowell, D.H. Lawrence, Vicente Huidobro, Patti Smith, Billy Collins, entre outros.

Depois de *Na Teia do Poema: um percurso intertextual na Poesia de Nuno Júdice* (Chiado Editora, 2013), viu a primeira obra publicada no Brasil (*Makar*, Arqueria Editorial, 2014). O seu último livro de poemas é *A noite (variações)*, Alambique,

2017.

Em breve será publicada uma antologia de poetas futuristas, pela primeira vez em Português, selecionados e traduzidos por si.

CATERINA CUCINOTTA

A condição da mulher cineasta em Portugal: o caso da figurinista Helena Roque Gameiro

A posição da mulher na indústria cinematográfica é uma questão que sempre interessou a área de estudos feministas, mais cativada talvez, com alguma falta de reconhecimento da especificidade cultural que, ao longo da história, relegou as mulheres a um papel secundário. Quer se fale da mulher cineasta atrás da câmara, como também da representação da mesma à frente da câmara, as questões principais rondam em torno da escassez de cineastas conceituadas, por um lado, e da concepção de representação da mulher como mero objeto para o espectador, por outra. Se analisamos a questão das mulheres no cinema português aproximando-nos da abordagem atual da teoria dos cineastas, estamos de acordo com o pressuposto de que: “cineasta” é um termo que se alarga a todo e qualquer criativo para além do realizador (são disso exemplo, os atores e atrizes, montadores/as, diretores de fotografia, etc.). (Penafria, Baggio, Graça, Correa Araujo 2016: 10).

Especificamente para o caso de Portugal e incluindo as figurinistas nesta aceção de cineastas, avistamos logo uma história não contada acerca do departamento onde elas prevalecem, sem sombra de dúvida, desde os primórdios da sétima arte. Após varias investigações de campo e pesquisas bibliográficas podemos afirmar que no cinema português o departamento do figurino é atualmente ocupado por uma grande maioria de mulheres. Para este efeito, objeto desta apresentação será a investigação em curso acerca da pintora aquarelista Helena Roque Gameiro, mulher do realizador José Leitão de Barros, que, a partir dos genéricos, exerceu função de figurinista nos filmes *As pupilas do Senhor Reitor* (1935) e *Bocage* (1936). Apontamos para a sua figura como uma das primeiras figurinistas que acompanharam projetos cinematográficos do início ao fim e por isso perto de um modelo típico de cinema dos primórdios onde os casais casados dividiam as tarefas de fazer um filme, as mulheres entravam na indústria do cinema como secretarias, assistentes e também no departamento de figurinos.

Diretora da revista “Eva” durante os anos 1930, professora de “lavors femininos” na Escola António Arroio, modista e artista de bordados, por um lado Helena Roque Gameiro foi muito mais que uma figurinista para os filmes e os espetáculos realizados pelo marido Leitão de Barros, mas por outro não podemos não deixar de constatar que as suas colaborações no cinema só foram apontadas como figurinista. No caso específico de Portugal, uma peculiaridade que consegue juntar as mulheres

é aquela especificidade pela qual, para entrar a fazer parte do mundo do cinema, na sua totalidade masculino, o que necessitavam era entrar por vias secundárias ou por vias menos suspeitas.

Vamos assim enquadrar a biografia de Gameiro figurinista dentro de um novo conceito de “cineasta” contextualizando também a sua figura com a posição das mulheres na indústria cinematográfica portuguesa desde meados dos anos 1910.

Caterina Cucinotta (1980, Messina, Itália) é bolsista FCT de pós-doc no IHC, Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade NOVA de Lisboa com o projeto de investigação Figurinos e textura espacial: design e arte no Cinema Português dos últimos 50 anos. SFRH/BPD/115835/2016.

Doutorada em 2015 em Ciências da Comunicação vertente Cinema pela FCSH/UNL com a tese “O vestuário no cinema: percursos de análise em filmes portugueses de etnoficção” publicada como “Viagem ao cinema através do seu vestuário” pela LabCom. Jornalista com carteira profissional desde 1999, exerceu esta profissão em Itália até 2004. Tem um percurso profissional na área do figurino de cinema desde 2007. Filiação: Investigadora integrada doutorada no IHC — Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa.

ANA TERESA PEIXINHO

Literatura e jornalismo nos alvares da contemporaneidade: agentes, géneros e contextos em caminhos cruzados

Uma história crítica do jornalismo em Portugal exige que o entendamos nas suas múltiplas facetas, como área socioprofissional, com as suas dinâmicas próprias, os seus processos de autonomização, os seus diversos agentes e públicos; como campo discursivo e textual de medição, com as suas linguagens, estilos, géneros discursivos e dispositivos de mediação; e como instituição, com os seus mecanismos de legitimação e regulação. Trata-se, portanto, de um objeto complexo, que exige uma abordagem multidisciplinar, que, transcendendo o registo meramente documental e compartimentado de um certo tipo de história, dê conta das múltiplas dimensões desse campo da modernidade que é, simultaneamente, causa e sintoma de uma profunda revolução cultural do mundo ocidental.

O século XIX é muito possivelmente um dos períodos mais desafiantes da história do jornalismo português. Embora longe ainda das grandes revoluções tecnológicas que possibilitaram o advento dos meios audiovisuais – como a rádio, a televisão e, mais tarde, a internet – que marcaram todo o século XX, a centúria de oitocentos é fascinante para quem pretender compreender a complexidade cultural e sociodiscursiva do jornalismo, como atividade pública e como profissão autónoma, pois é ela que vê nascer o jornal como bem de consumo massificado com indelével impacto na vida pública e privada e no desenvolvimento do espaço público.

O que se propõe neste texto é uma problematização da história da imprensa em Portugal, na transição do século XIX para o século XX, entendendo-a em articulação com outro campo cultural, a literatura, com o qual manteve uma relação complexa ao longo de toda a centúria de oitocentos, feita de aproximações, contaminações, tensões e disputas simbólicas. Para compreender e interpretar essa relação, seguir-se-á a obra literária e paraliterária de Eça de Queirós, intelectual com uma apurada percepção da realidade histórica em que viveu.

Professora Auxiliar com nomeação por tempo indeterminado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Licenciou-se, em 1993, em Línguas e Literaturas Modernas e, em 1996, concluiu o Mestrado em Literatura Portuguesa, na Universidade de Coimbra. Em 2008, doutorou-se em Ciências da Comunicação na mesma Universidade, onde leciona aos três ciclos de estudos de Jornalismo e Comunicação.

É investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), onde integra o grupo de investigação Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, desenvolvendo estudos sobre narrativa mediática. Neste âmbito, foi coorganizadora e coeditora de duas obras recentes: em 2017, *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos*, Coimbra: IUC; em 2018 *Narrativas Mediáticas e Comunicação: construção da memória como processo de identidade organizacional*. Coimbra: IUC.

É também investigadora colaboradora do Centro de Literatura Portuguesa, onde integra a equipa de Edição Crítica da Obra de Eça de Queirós e o projeto “Figuras da Ficção”. Editou já, com chancela da INCM, duas obras de Eça de Queirós: *Textos de Imprensa I – Da Gazeta de Portugal*, em 2004; *Cartas Públicas*, em 2009; no prelo encontra-se a edição de *Textos de Imprensa II – Do Distrito de Évora*. No âmbito do projeto “Figuras da Ficção”, colaborou no *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa* e tem participado nos colóquios e seminários do projeto com comunicações sobre personagem.

Tem exercido diversos cargos de gestão universitária na FLUC: diretora do 1.º ciclo de Jornalismo; Diretora do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação; Membro do Conselho Científico; subdiretora (desde 2013). Foi também membro do Conselho Geral da UC (2012 a 2016).

JÚLIA LEITÃO DE BARROS

Génese da censura salazarista e práticas jornalísticas

Está por estudar o lugar da censura na luta política da ditadura militar (1926- 1933). No entanto, a censura foi um instrumento político disponível, de valor incalculável, sem o qual não é possível entender a afirmação política do sector católico autoritário. À atuação da censura coube reconfigurar, continuamente, o campo dos

“ situacionistas”, mas não só, a censura constituiu-se como o meio de propaganda mais abrangente e eficaz na edificação do Estado autoritário. Uma grande parcela da atividade censória recaía não sobre opiniões, ou comentários, mas sobre a matéria prima em que se vinha edificando a imprensa escrita e o trabalho jornalístico: a informação. Tratava-se de uma atividade com implicações que estavam longe de se limitar à luta política travada entre grupos e individualidades que reclamavam protagonismo no campo político. A atuação da censura implicava toda a sociedade portuguesa condicionando a experiência e perceção daquele tempo histórico. No final de 1932, ainda antes da institucionalização do Estado Novo, já se desenhava o primeiro esboço da representação do país imaginado pelo autoritarismo católico conservador.

Com base no espólio da *Ephemeris* analiso os primeiros boletins de cortes à imprensa, redigidos semanalmente, pela Direção dos Serviços de Censura, entre março e outubro de 1932. Procuo compreender a crescente afirmação do aparelho de censura, no interior da ditadura militar, e o seu impacto nas práticas jornalísticas neste período de pré institucionalização do Estado Novo. No processo de desarticulação do sistema informativo herdado do liberalismo, então em curso, destaco a interdição de procedimentos de recolha de informação atual há muito estabelecidos nas rotinas diárias das redações dos jornais (reportagem, entrevista, registo de depoimentos, de boatos, de notas de correspondentes, etc.).

Doutorada em História, pela F.C.S.H., da UNL, em 2014, com a tese *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*. Coordenadora da Secção Estudos Media e Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa (2014- 2018). Lecciona, desde 1997, a unidade curricular de História dos Media, na Licenciatura de Jornalismo. Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea, da FCSH, UNL. A sua área de interesse tem sido a história do jornalismo em Portugal, no século XIX e XX. Nas suas publicações mais recentes saliente-se: “O Jornalismo político d’O Século e do Diário de Notícias”, *Comunicação Pública*, vol.10, nº17, 2015, [formato digital]; “Redações abertas: fontes informativas e terreno de implantação dos jornais políticos” in *Espaços, Redes e Sociabilidades, Cultura Política no associativismo contemporâneo*, coord. Joana Dias Pereira, Maria Alice Samara, Paula Godinho, IHC, FCSH, Lisboa, 2016 [formato digital]; “O cerco da guerra: diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940-42)” in *Salazar, O Estado Novo e os Media, Censura, Propaganda e Resistência*, coord. José Luís Garcia, edições 70, Lisboa, 2017, pp.127-148.

CARLA BAPTISTA

O jornalismo como prática e produto cultural no século XX (imprensa na I República e Estado Novo)

Nesta comunicação olhamos para a história do jornalismo no século XX a partir do ponto de vista da história cultural, procurando identificar os jornalistas como produtores culturais e os jornais como produtos culturais. Analisando os traços fundamentais da evolução das principais redacções portuguesas durante os regimes republicano e Estado Novo, identificamos os traços genéricos que consolidaram o jornalismo e permitiram a emergência de uma profissão. A afirmação do jornalismo como parte integrante do campo cultural implicou a construção de redacções abertas aos actores culturais, a progressiva des-subordinação dos projectos partidários que estão na origem da fundação da maioria dos jornais políticos, a maior autonomia dos jornalistas e a fixação de públicos de leitores que se reconheciam na figuração ideológica dos jornais, promoviam a sua linguagem e propósito alargado e integraram a sua leitura nas vivências quotidianas. A partir da identificação dos aspectos históricos e traços identitários que marcam os percursos dos jornais mais influentes (*Diário de Notícias* e *O Século*), procuramos detalhar as principais vertentes da conquista por poder e visibilidade que caracterizam a “idade de ouro” da imprensa: sustentabilidade financeira, influência política, poder simbólico. A inscrição dos jornais no imaginário e no espaço da cidade integra um conjunto de transformações colectivas das quais a imprensa é simultaneamente causa e efeito. A invenção dos produtos criativos típicos do jornalismo moderno – a entrevista, a reportagem, a crítica – faz-se neste caldo cultural que começa por canibalizar as formas de expressão literária e política até estabilizar em formas narrativas mais ou menos padronizadas (os géneros jornalísticos). Estes respondem às necessidades informativas e de entretenimento de uma grande massa de leitores que progressivamente se reconhece mais pela partilha cultural do que pelo vínculo político. A despolarização aparente das novas narrativas jornalísticas está na base da construção da sociedade mediática que irá emergir como a principal figuração do século XX.

Professora auxiliar no departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH e investigadora do ICNOVA. Autora dos livros *Jornalistas, do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)* (2007). Editorial Caminho: Lisboa. Co-autoria com Fernando Correia; *Memórias Vivas do Jornalismo* (2009). Editorial Caminho: Lisboa. Co-autoria com Fernando Correia; *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses* (2012). Escritório Editora: Lisboa; *América, the beautiful* (2016). (Org.) Tinta-da-China: Lisboa; *A Crise no Jornalismo em Portugal* (2017). (Organização de José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil). Deriva Editores: Lisboa. Coordenou o projecto de investigação *Cultura na Primeira Página. Um estudo dos jornais portugueses na primeira década do século XXI* (PTDC/CCI-COM/122309/2010) e participou como membro da equipa em vários outros projectos com financiamento FCT. Membro da direcção editorial da revista *Media e Jornalismo*, editada pelo ICNOVA.

FILIPA SUBTIL

Um contributo para a recepção dos estudos culturais em Portugal

A investigação sobre comunicação, cultura e *media* na Europa caracterizava-se, no final dos anos de 1950, por um conjunto de trabalhos escasso e disperso sobre a relação entre esses domínios, o poder e o conhecimento. É neste período que, em França e na Inglaterra, surgem projectos intelectuais que procuram novas vias teóricas e de investigação. Referimo-nos, em concreto, aos projectos que deram origem, em 1960, em França, ao *Centre d'Études des Communication de Masses* (CECMAS) e, em 1964, ao *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Grã-Bretanha. Propondo-se delinear outro rumo para o estudo da cultura que superasse o *mainstream* universitário configurado pelo confronto entre as tendências do empirismo norte-americano, praticado por Robert K. Merton e Paul Lazarsfeld, e o marxismo académico, tal como fora desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, um leque diversificado de autores tomou o conceito de cultura como chave teórica neste período conturbado. Este esforço colectivo denominado "viragem culturalista" procurou criar um corpo de investigação que tivesse peso suficiente para abrir um espaço próprio na universidade, num empreendimento que se considerava dever ser transdisciplinar, crítico e interpretativo. Tal viragem culturalista irradiou uma influência assinalável para certos círculos intelectuais do sul da Europa, e Portugal não foi excepção.

Esta comunicação, que se configura ainda como uma investigação em curso, visa cumprir três objectivos principais: traçar os contornos da recepção, nos círculos intelectuais portugueses de esquerda, das tendências culturalistas (especialmente francesa, mas também inglesa e italiana), logo nos anos de 1960, apesar do contexto de ditadura e de repressão das ciências sociais em que o país viveu até 1974; mostrar como sob os auspícios do estruturalismo francês, os estudos culturais foram desbravados, nas décadas de 60 e 70, por iniciativas pioneiras de jovens universitários dos cursos de letras, materializadas, entre outras, na tradução e publicação de autores franceses em revistas, mas também sob a forma de livros ou colecções; por último, mostrar como a sociologia e as ciências da comunicação, já nas décadas de 1980 e 1990, tiveram um papel na institucionalização deste campo de estudos na universidade portuguesa.

Doutorada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Filipa Subtil é Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). Foi *Visiting Scholar* na Universidade Cardinal Stefan Wyszyński, Varsóvia, na Polónia, no Departamento de *Communication Studies* da Universidade do Iowa, Iowa City, e no Muhlenberg Collegue, Allentown, nos EUA. Entre 2014 e 2018, foi coordenadora editorial da revista *Comunicação Pública*. Tem publicado artigos e capítulos de livros nas áreas da sociologia da comunicação, teoria social dos media e nas temáticas que cruzam os media com as questões de género. Co-editora e autora de *Media and Portuguese*

Empire (Palgrave Macmillan, 2017) e *A Crise do Jornalismo em Portugal* (Le Monde Diplomatique/Deriva, 2017). Em 2006, publicou o livro *Compreender os Media. As Extensões de McLuhan* (Coimbra: MinervaCoimbra).

MARIA JOÃO MARTINS

Moda, Cultura Popular e Políticas de Corpo sob a Ditadura Salazarista (1938-1960)

As ditaduras europeias de meados do século XX não se limitavam a exercer a sua acção repressiva nas esferas política e ideológica, estendiam-se à intimidade de famílias e indivíduos. A ditadura de Salazar, mais longa no tempo do que as outras, não foi excepção. Apoiando-se fortemente na Igreja Católica e na sua capacidade de influenciar comportamentos, produziu vasta doutrina sobre a sexualidade dos casais, a educação dos filhos, reprimindo fortemente as liberdades de mulheres e homossexuais, independentemente do seu estado civil e condição social.

Conforme poderemos ver nesta comunicação, a Moda e as suas propostas, maioritariamente vindas de Paris mas também de Hollywood, foram fortemente vigiadas e condicionadas pelos poderes políticos e religiosos, através da legislação, mas também da educação formal e informal (escola, organismos profissionais ou órgãos do regime para a juventude como a Mocidade Portuguesa) ou da imprensa. Tudo era escrutinado - desde o tamanho das saias, à profundidade dos decotes e à intensidade dos perfumes.

Ao longo das décadas, e à medida que o regime se perpetuava, este discurso foi mudando e reagindo como podia às transformações sociais que iam ocorrendo na Europa Ocidental e Estados Unidos, vistas frequentemente como ameaças à "pureza" do modo de vida nacional.

Maria João Martins, jornalista, escritora, professora de História Social da Moda.

Nasceu em Vila Franca de Xira em Junho de 1967. Licenciada e Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tornou-se jornalista em 1988, ao serviço do extinto Diário de Lisboa. Nessa qualidade profissional, fez parte das redacções do semanário Sete e Jornal de Letras, Artes e Ideias. Foi e é colaboradora de numerosas publicações nacionais e estrangeiras, como Diário de Notícias, revistas Up, Máxima, Vogue, O Estado de São Paulo, entre outros. Teve um programa de autor na RDP- Antena 2.

Recebeu vários prémios de Jornalismo como o Prémio Revelação de Reportagem do Clube Português de Imprensa ou o Prémio Júlio César Machado da Câmara Municipal de Lisboa.

É autora de vários estudos de História, entre os quais *O Paraíso Triste - A Vida Quotidiana em Lisboa durante a IIª Guerra Mundial*; *Divas, Santas e Demónios -*

Cento e vinte Mulheres Portuguesas; O Pecado não Mora ao Lado - O Estado Novo contra a Sedução; Luanda, Invenção de uma Capital e História da Criança em Portugal. Como ficcionista publicou os romances *Escola de Validos* e *Como o Ar que Respiras*.

Neste momento prepara um doutoramento sobre Moda Ibérica na Universidade Carlos III de Madrid.

BRUNO MARQUES

Censura e Transgressão: sexo, desejo e política na arte contemporânea portuguesa (1968-1974)

Não sendo imune a factores externos, também em Portugal o ano de 1968 marca o início de uma profunda mudança. Porém, a chamada “primavera marcelista” (1968-1970), caracterizada primeiramente por uma certa abertura a uma maior liberalização, será, logo depois, pautada por uma “progressiva crispação repressiva” (REIS 1996).

A presente comunicação parte da necessidade de aferir como sexualidade e política se articulam na arte contemporânea portuguesa no período imediatamente anterior à revolução de 1974. Centrando-se no conflito entre censura e transgressão, serão abordados trabalhos que, a partir de 1968, exploram como uma nova explicitação da sexualidade pôde ter implicações políticas, servindo desígnios diversos correlacionados, tais como a libertação do desejo, a crítica social a formas de opressão, a resistência contracultural a atitudes conformistas ou a defesa de direitos civis no que respeita à igualdade de género e à emancipação sexual feminina.

Entre os exemplos analisados estão:

- (1) O álbum *O TEU CORPO É O MEU CORPO* (1969-1975) de ERNESTO DE SOUSA (1931 – 1988).
- (2) As conotações eróticas do género *Shunga* (série homóloga, 1969) e os recortes de revistas de conteúdos pornográficos (série *Eurotropa*, 1969-1970) de SÁ NOGUEIRA (1921 – 2002);
- (3) A série *Nu vintage* (1958-1970) de JOÃO CUTILEIRO (1937 –);
- (4) As leituras entre o hedonismo e a crítica à sociedade patriarcal de CLARA MENERES (1943 – 2018).
- (5) O papel do corpo na construção de uma semiótica do desejo, numa série de *polaroids* realizadas em 1974 por JULIÃO SARMENTO (1948-).

Através de cinco estudos de caso, procuramos reunir diferentes perspectivas sobre um mesmo contexto moral e politicamente repressivo, com o intuito de propiciar uma visão aproximada sobre os principais vectores de mudança na forma como em

Portugal alguns artistas começam, entre finais dos anos 1960 e inícios de 1970, a ver e pensar a sexualidade, particularmente no que concerne à necessária redefinição dos limites do permissível e da liberdade de expressão.

Bolseiro FCT em Pós-doutoramento no Instituto de História da Arte da NOVA FCSH, onde coordena o cluster *Photography and Film Studies*. Foi Professor Auxiliar Convidado na FSCH (2016-2017), no ISCE (2010-2015) e na ESAD.CR (2014). Autor do livro *Mulheres do Século XVIII. Os Retratos*. Coordenou os livros *Sobre Julião Sarmiento* e *Arte & Erotismo*. Entre outros projectos editoriais, co-editor do número especial *SEX AND CENSORSHIP IN ART* da *Revista de História da Arte*. Coordena as conferências internacionais *Whats love got to do with it? Performance, Affectivity, Intimacy* (Culturgest, 2019) e *Tempos e Movimentos da Imagem* (FCSH e ESAD.CR, 2018). Autor de vários capítulos de livros e artigos científicos em revistas académicas nacionais - *Revista de História de Arte, Aniki, Cultura, Convocarte* - e internacionais - *Photographies, Philosophy of Photography, RIHA Journal, Quintana* e *MODOS*. A sua investigação centra-se nos Estudos de Género e Políticas Sexualidade na arte contemporânea, explorando tópicos como os do voyeurismo, vida privada e intimidade; pornografia e erotismo; liberdade de expressão e censura.

ANA BIGOTTE VIEIRA

“Chegou mesmo a assoar-se à bandeira”

A partir de um recorte de imprensa sobre uma inusitada «performance» de João Vieira no âmbito de uma mesa-redonda sobre performance realizada pelo ACARTE no âmbito da Exposição-Diálogo sobre Arte Contemporânea, aborda-se a problemática da inauguração do primeiro Museu de Arte Moderna em Portugal – o CAM da Fundação Calouste Gulbenkian –, tendo como epicentro a actividade do Serviço ACARTE desta última instituição e as resistências que a performance, em geral, coloca ao espaço do museu, e que esta performance, em particular, coloca ao momento cultural nacional que se vive (anedoticamente bem sinalizáveis no episódio retratado no recorte de imprensa).

Neste percurso propor-se-á um olhar sobre os modos como o Serviço ACARTE, ao operar por via daquilo a que se chamou uma *curadoria da falta*, dotaria este espaço lisboeta de uma abertura e disponibilidade que o teria tornado um lugar privilegiado para atender às percepções que os contemporâneos teriam do seu momento histórico, permitindo um cruzamento de propostas oriundas de projectos estéticos e políticos pertencentes a períodos distintos da história cultural e artística ocidental. O que – e talvez por a sua programação incidir sobre o que fica “para lá das galerias do museu” (para se usar uma expressão então utilizada por Madalena Perdigão), ou seja, sobre o performativo, o experiencial, o relacional e o discursivo (o que não se traduz na obra entendida enquanto objecto), e não atender a

fronteiras disciplinares ou nacionais, se haveria de revelar particularmente apropriado à expressão dessas mesmas percepções. O ano era o de 1985, a poucos meses do tratado de adesão à CEE, e estava-se em plena euforia nacionalista.

Ana Bigotte Vieira Licenciou-se em História Moderna e Contemporânea (ISCTE). Especializou-se nas áreas da Cultura e Filosofia Contemporâneas (FCSH-UNL), e em Estudos de Teatro (UL). Entre 2009 e 2012 foi Visiting Scholar no Departamento de Performance Studies da New York University/Tisch School of the Arts (NYU). A sua tese de Doutoramento *NO ALEPH, para um olhar sobre o Serviço ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1984 e 1989* recebeu uma Menção Honrosa em História Contemporânea pela Fundação Mário Soares. A sua investigação tem incidido, entre outros, sobre a relação entre experimentalismo nas artes e as transformações culturais e urbanas na segunda metade do séc. XX, sendo investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC) onde co-organizou com Luís Trindade e Giulia Bonali o ciclo *Quando Foram os Anos 80?* e do Centro de Estudos de Teatro (CET), onde pertence ao grupo de teoria e Estética das Artes Performativas Contemporâneas. Co-fundadora e curadora da plataforma baldio | Estudos de Performance, e dramaturgista, trabalhou, entre outros, com Raquel Castro e Mariana Tengner Barros, Manuel Henriques, Romeu Costa, Miguel Castro Caldas e Bruno Bravo, Gonçalo Amorim. Recebeu um Dwight Conquergood Award na Performance Studies international #17, Utrecht. Integra a Associação BUALA, onde edita a secção Jogos Sem Fronteiras e, juntamente com Sandra Lang (CH) tem organizado uma série de eventos discursivos e performativos em torno das relações entre arte, política e cidade: 16 beaver Group (NYC), Spielart Festival (Munique), Corner College (Zurique), SDC /Trienal de Arquitectura (Lisboa-Marselha).

Presentemente para além de ser bolsreira no projecto ERC TKB / *Transmedia Knowledge Base for the Performing Arts*, desenvolve com o coreógrafo João dos Santos Martins um projecto de historicização colectiva da dança em Portugal intitulado *Para uma timeline a haver*. Este, depois de um primeiro momento no ciclo NOVA_VELHA DANÇA, em 2017, no Teatro Sá da Bandeira (Santarém), está agora no Teatro Viriato, estendendo-se à próxima edição do Festival Materiais Diversos depois de uma passagem pela Escola Superior de Dança. Integra actualmente também o grupo coordenado pela Professora Maria João Brilhante que levará a cabo uma primeira indexação do espólio do teatro da Cornucópia, equacionando-se a criação de um protótipo digital para espólios institucionais em artes performativas (com o apoio CML) desenhado a partir do modelo que concebeu para tratar o arquivo do ACARTE. Traduziu vários autores, sobretudo de teatro e filosofia, como Luigi Pirandello, Spiro Scimone, Annibale Ruccello, Giorgio Agamben e Maurizio Lazzarato. A partir de 2019 integrará a equipa do Teatro do Bairro Alto, sob direcção artística de Francisco Frazão

SANDRA GUERREIRO DIAS

Performatividade expressiva nos anos 80 em Portugal

A análise de um conjunto diverso e vasto de sociabilidades e tendências culturais da década de 1980 em Portugal permite observar a expansão de um experimentalismo estético de tipo performativo que, remontando às vanguardas do princípio do século XX, se alarga, nesta década, a um universo vasto da cultura portuguesa. A performatividade enquanto tática e metodologia expressiva atravessa vastamente e de forma múltipla fenômenos tão diversos como: a tecnologização e estetização dos consumos culturais neste período, a música (em fenômenos como o Novo Rock Português, o universo Rock Rendez-Vous e os “Concursos de Música Moderna”, o Festival de Vilar de Mouros, em bandas como os Pop Dell’Arte, Mler lfe Dada, Heróis do Mar, Repórter Estrábico, Ocaso Épico, Mão Morta, entre outros), na moda (em eventos como “Manobras de Maio” e “Manobras de Inverno”, “1ª Edição Artejo”, “ModaLisboa – Ano 0”, entre outros), certas tendências da sociabilidade urbana de que o Frágil é o seu mais icónico representante, de entre outros, como o CAPC, de Coimbra, e o universo da arte da performance em si, de que o programa ACARTE, as Bienas de Cerveira, as “Alternativas”, de Egídio Álvaro ou outros eventos de Poesia Experimental organizados ao longo da década em diversas cidades portuguesas, constituem alguns exemplos. Estes são protagonistas e movimentos que configuram manifestações de uma expressividade artística na quais a arte da performance e a performatividade *latu sensu* desempenham um papel preponderante de renovação cultural e artística do país. Nesta comunicação, procura refletir-se e sistematizar o fenómeno performativo enquanto objeto cultural específico da mundividência dos anos 80 portugueses, apontando possíveis razões históricas na sua origem.

Sandra Guerreiro Dias (1981) é doutorada em Linguagem e Práticas Sociais, pela Universidade de Coimbra. É investigadora integrada do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e Professora Adjunta Convidada no Instituto Politécnico de Beja. É especialista em literatura experimental, estudos da performance, anos 80 portugueses e literatura portuguesa contemporânea, áreas nas quais tem vindo a apresentar conferências e artigos científicos, em Portugal e no estrangeiro. Tem apresentado performances poéticas e instalações de poesia um pouco por todo o país, co-organizando eventos na mesma área com colectivos de poesia, bibliotecas e associações culturais. Tem publicação poética e ensaística em revistas nacionais e internacionais. É poeta e performer.

ISADORA ATAÍDE

Reis Ventura, A ideologia do império-colonial no romance popular

Discutir as continuidades, rupturas e actualizações da ideologia do império-colonial

através da literatura popular é o objectivo desta comunicação. Manuel Joaquim Reis Ventura (Chaves, 1910- Oeiras, 1988) radicou-se em Luanda em 1940 e, a par de uma carreira como funcionário público, publicou duas dezenas de romances em formato de folhetim no *Suplemento de Domingo*, caderno de cultura do diário *A Província de Angola*, entre 1953-1974.

Reis Ventura foi cronista regular daquele jornal, tendo publicado ainda um conjunto de ensaios políticos, contos e poesia. Referência da elite intelectual de Angola, Reis Ventura assumia-se como apoiante do Estado Novo, do seu líder Salazar e das directivas do programa colonial. O autor expressou o seu suporte ao regime nos seus ensaios políticos e traduziu a ideologia do império-colonial para os seus romances – a “mitologia histórico sentimental”, na crítica de Eduardo Lourenço (2014). Depois de publicados na imprensa, os romances de Reis Ventura tiveram edições em Angola e em Portugal, com alguns títulos a ganharem sucessivas reedições.

Na década de 1950 os romances do escritor propagavam sobretudo os “mitos da ordem salazarista” (Fernando Rosas, 2001) no contexto das dinâmicas sociopolíticas coloniais e características de Angola – a exemplo de *Cafuso*, 1953-1954, e *Lama e Areia*, 1958-1959. Em *Engrenagens Malditas*, 1963-1964, através de um enredo cosmopolita Reis Ventura articula Angola ao cenário internacional para legitimar o imperativo do programa colonial português em África. Com *Queimados do Sol*, 1965-1966, o autor actualiza a ideologia do regime para o paradigma teórico do luso-tropicalismo. Com *CC 97*, em 1967, Reis Ventura dá início a uma série de romances que narram a Guerra Colonial, quer do ponto de vista dos militares portugueses quanto da população de Angola, numa narrativa que reproduz o discurso do Estado Novo, tratando as Lutas de Libertação como terrorismo internacional e ameaça comunista.

Principal jornal diário da colónia desde a década de 1920 e até o fim do império, *A Província de Angola* alinou-se desde o princípio ao Estado Novo, tendo servido à propaganda ideológica do regime e à governação autoritária. O jornal foi um transmissor da ideologia do regime, não apenas através do seu conteúdo noticioso e opinativo, mas pela via dos conteúdos culturais, incluindo as narrativas de Reis Ventura, o único escritor português a publicar os seus romances em formato de folhetim na colónia de Angola.

Através dos romances de Reis Ventura a ideologia do Estado Novo e do império ganharam uma versão popular, dialogando sobretudo com os grupos de origem europeia de Angola. Em suma, esta comunicação discute as distintas fases da ideologia imperial na literatura colonial e contribui para a compreensão do processo de popularização da mitologia do império-colonial e do suporte dos colonos de Angola ao Estado Novo e ao colonialismo.

Doutora em Sociologia da Cultura pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2010-14), com a Tese de Doutoramento: *A Imprensa e o*

Império na África Portuguesa, 1842-1974.

Investigadora no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no âmbito do projecto “O Império colonial português e a cultura popular urbana: visões comparativas da metrópole e das colónias (1945-1974)”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PT), desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Entre os temas privilegiados de investigação, a imprensa, o jornalismo e a cultura nos séculos XIX e XX, em Portugal e nos espaços coloniais do império português.

Entre as publicações recentes, destacam-se:

FONSECA, I. de A. 2017. “The press and the empire in Portuguese Africa, 1842-1926”, in *Media and the Portuguese Empire*, Garcia, J.L., Kaul, C., Subtil, F.M. de B., Santos, A.D. (Eds.), Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, pp. 145-159.

FONSECA, I. de A. 2017. “O Intransigente: a contribuição da imprensa de Angola na durabilidade do Estado Novo”, in *Salazar, o Estado Novo e os Media*, José Luís Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard (coord.), Lisboa: Edições 70, pp 263-281.

JOÃO PEDRO GEORGE

Colonialismo, censura e oposição ao Estado Novo: a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965

A extinção da SPE, em 1965, motivada pela atribuição de um prémio literário ao escritor Luandino Vieira, então preso no Campo de Concentração do Tarrafal, foi um acontecimento charneira. Nesta comunicação, abordarei questões como: política e escritores, autonomia e heteronomia do campo cultural, ligações entre a oposição na Metrópole e a oposição em Angola (nomeadamente através da Casa dos Estudantes do Império), neo-realismo, etc.

Sociólogo, doutorou-se em Sociologia da Cultura com na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a tese *Maldição e consagração no meio literário português: o caso de Luiz Pacheco*. Publicou, entre outros, os seguintes livros: *O Meio Literário Português: Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos (1960-1999)*, 2002; *Não é Fácil Dizer Bem. Críticas, obsessões e outras ficções*, 2006; *P*** Que os Pariu! A Biografia de Luiz Pacheco*, 2011; *O Que é Um Escritor Maldito? Estudo de Sociologia Literatura*, 2013; *Mota Pinto. Biografia*, 2016

RITA LUÍS

Mapeando o Império Colonial Português na produção televisiva em Portugal (1957-1974)

Analisando a programação da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), e as condições em que ocorre a sua produção, nomeadamente através da articulação desta Estação com organismos como a Agência Geral do Ultramar, o Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e os Serviços Informação pública das Forças Armadas, é objectivo desta comunicação mapear a presença do Império Colonial Português na produção televisiva em Portugal entre 1957, data do início das emissões regulares da RTP, e 1974, data da queda do Estado Novo (1933-1974), que marca igualmente o início do processo de descolonização.

Convivendo com um entretenimento que é substancialmente importado, proveniente sobretudo dos Estados Unidos mas também de outros países europeus como o Reino Unido ou a França, o Império Colonial Português estará presente maioritariamente em formatos como os programas informativos (telejornal e os seus suplementos, jornais de actualidades, etc.) e os programas de divulgação e/ou culturais (documentários), mas também, embora em menor medida, em programas de variedades e/ou musicais (presença de artistas e/ou folclore).

A partir da distribuição pelos vários formatos pretende-se identificar os temas e determinar as narrativas que dão forma à visão do império colonial, da missão colonizadora e dos territórios onde esta é exercida, assim como observar a sua evolução, nomeadamente a partir do início das guerras coloniais (1961-1974), e a forma como os diferentes formatos televisivos poderão dar corpo a tais narrativas.

Rita Luís é especializada na história dos meios de comunicação de massa no contexto das Ditaduras Ibéricas do Século XX. Doutorada pela Universitat Pompeu Fabra em Barcelona, com uma tese sobre o processo revolucionário Português de 1974-1975 na imprensa tardo-franquista, actualmente é bolseira de pós-doutoramento no projecto “O Império colonial português e a cultura popular urbana: visões comparativas da metrópole e das colónias (1945-1974)” em curso no ICS-UL.

NUNO DOMINGOS

Cultura popular portuguesa e o império

Em Portugal, a história dos campos culturais durante o século XX foi sendo sobretudo narrada a partir da realidade metropolitana. Isto significa que hoje muitos investigadores sentem a necessidade de reconstruir estas narrativas, acrescentando-lhe autores e obras que trabalharam a partir dos contextos territoriais que faziam parte do contexto colonial. Isto sucede na música, no cinema, na literatura, como

em actividades próximas, como a arquitectura. Este gesto não é feito sem polémica. O período em que Portugal foi a potência administrativa de territórios que se tornaram independentes deixa este espaço de criação num limbo classificativo, questão que tem sido aliás explorado por vários investigadores. De dentro do grupo daqueles que viveram e trabalharam nestes territórios, quem tem direito a ser considerado como um agente participante no universo, difícil de delimitar, da cultura popular portuguesa? Só aqueles que viajaram de Portugal, ou os seus filhos, agora resgatados por investigações recentes? Ou também aqueles que, por serem naturais, passaram a ser cidadãos de direito das novas nações e, por essa razão, passaram a estar vinculados a genealogias culturais “próprias” dos seus novos estados, sabendo-se que estas não estão separadas dos discursos e práticas de construção nacional?

Mas estes espaços culturais não são certamente apenas espaços de autores e de obras. A massificação da cultura dependeu de inúmeros outros agentes, de gerentes de livrarias, cinemas, teatros e casas de espectáculos, de cobradores de bilhetes, vendedores de discos, rádios e gramofones. Qual o lugar destes indivíduos numa história da cultura em Portugal, e no seu processo de massificação?

Por último, a dimensão mais relevante deste processo de massificação de uma cultura popular urbana é a constituição de um público que consome produtos culturais. Ao estudarmos o público da cultura popular urbana em territórios coloniais como definimos o seu público à luz das categorias da história nacional, quem pertence e quem está de fora? Como determinamos a sua dimensão composição, assumindo que a circulação de produtos de massas circulava por redes que uniam Lisboa a Luanda ou Lourenço Marques e atingia populações bem para lá daquelas que constituíam as chamadas comunidades colonas?

Nuno Domingos, Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em antropologia social pela School of Oriental and African Studies. Publicou *Futebol e Colonialismo, Corpo e Cultura Popular em Moçambique* (Lisboa: ICS, 2012) e editou, com Elsa Peralta, *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (Lisboa: Ed. 70, 2012).

LUÍS M. SANTOS

Os concertos sinfónicos e a luta política nos teatros lisboetas nos primeiros anos da República (1910-1917)

No rescaldo do 5 de Outubro de 1910, várias foram as instituições da vida cultural lisboeta que experimentaram o impacto do processo revolucionário. O Teatro de S. Carlos, histórico baluarte monárquico, de imediato se viu envolvido numa situação de impasse ditada por vários factores, não pouco pelas divergências entre diferentes facções do regime relativamente à sua função. Em sentido contrário, o recém-

designado Teatro da República evidenciou desde logo um novo fôlego na sua actividade, a que não terá sido alheia a aproximação mútua entre a respectiva empresa e uma determinada ala republicana. Foi no seu âmbito que, em finais de 1911, foi lançada a Orquestra Sinfónica Portuguesa, um agrupamento que se destaca na história cultural portuguesa como a primeira orquestra permanente de concertos públicos bem-sucedida, cuja actividade se manteria com regularidade até à sua dissolução em 1928. Entretanto, ainda em finais de 1913 era fundado o Teatro Politeama, cuja actividade parece desde o início ter contado com o apoio de uma área política alargada oposta à anterior. O novo espaço incluía igualmente a iniciativa de uma orquestra sinfónica, que aí se apresentou regularmente em concertos públicos até 1925, tendo dado origem a um interessante fenómeno de concorrência empresarial em que não deixava de se observar também uma importante dimensão de controvérsia política. Conquanto se careça ainda de um olhar global sobre a actividade desenvolvida por estes (e outros) teatros lisboetas da época, um exame preliminar da sua programação teatral, musico-teatral e sinfónica sugere que terão estado envolvidos na luta pela dominação simbólica em curso e que nela terão desempenhado um papel que importa conhecer. É precisamente esta questão que a presente comunicação se propõe abordar, no intuito de desvendar um pouco da relevância que os teatros lisboetas assumiram na vida política, social e cultural durante o período considerado.

Luís Miguel Santos é doutorando em Ciências Musicais Históricas na NOVA FCSH. A sua dissertação, orientada pelo Prof. Dr. Paulo Ferreira de Castro, debruça-se sobre a música sinfónica em Lisboa no período 1910-1933. Realizou o Curso de Piano no Conservatório Nacional (2006), e na NOVA FCSH obteve a Licenciatura (2007) e o Mestrado (2010) em Ciências Musicais. É investigador do CESEM desde 2007, onde foi Bolseiro de Investigação, integrando actualmente o Grupo de Investigação em Teoria Crítica e Comunicação. Foi distinguido com o Prémio Joaquim de Vasconcelos 2016 pela SPIM. Colabora ainda regularmente na redacção de textos musicológicos com a Casa da Música, o Teatro Nacional de S. Carlos e a Fundação Calouste Gulbenkian.

AGNÈS PELLERIN

La chanson populaire, mode de représentation du «peuple» dans le cinéma portugais des années 1930: ambiguïtés et contradictions

Le cinéma de fiction a souvent été perçu comme un vecteur de «propagande sociologique» (Jacques Ellul), imposant des modèles de comportement sociaux. Au Portugal, les films réalisés dans la première décennie de la dictature, coïncidant avec l'affirmation de l'industrie du cinéma sonore, ont, dans ce contexte, particulièrement nourri le soupçon d'une mise en scène du «peuple», formatée par le stéréotype nationaliste d'un «peuple naturellement chantant» (Didier Francfort),

sentimentalista et dépolitisé. La présence «divertissante» des chansons du cinéma portugais des années 1930 a souvent été analysée en tant que reflet de positions idéologiques univoques, servant les intérêts du régime en place: acceptation de la pauvreté, défense d'une moralité fondée sur la famille, promotion d'un mode de vie rural et autres canons d'une «portugalité» imaginée. Pourtant, force est de constater que le régime lui-même fut loin de cacher certaines réticences vis-à-vis de la chanson - et quand bien même les films officiels de l'époque n'en font nullement l'économie.

L'étude des chansons des films portugais des années 30 qui s'est développée ces dernières années - à travers l'analyse des types d'insertion narrative, des modes d'interprétation, des dispositifs d'écoute -, nous montre au contraire qu'elles ont pu, par certains aspects, contribuer à perturber certaines lignes de clivage idéologique, y compris en tant qu'objets industriels standardisés. Derrière leur «trompeuse légèreté» (Borowice), leur dimension consensuelle, et parfois en dépit de leurs paroles, qui ont souvent focalisé de manière exclusive l'attention des historiens, comment ces chansons dites «populaires» ont-elles construit des figures «ambigües» et contradictoires du «peuple» (Gérard Bras)? Nous verrons, à travers quelques exemples de classiques ou films officiels, comment elles ont ainsi parfois pu subvertir certaines logiques internes de l'autoritarisme supposément «bien huilé» du régime.

Agnès Pellerin est doctorante contractuelle au laboratoire ESTCA (Esthétique, Sciences et Technologies du Cinéma et de l'Audiovisuel) de l'Université Paris 8 – Saint Denis. Ses recherches portent sur l'utilisation de la chanson comme représentation du peuple dans le cinéma portugais. Elle a publié : *Le Fado* (Chandeigne, 2003, réed. 2009, 2016) et, en collaboration avec Anne Lima et Xavier de Castro, *Les Portugais à Paris au fil des siècles et des arrondissements* (Chandeigne, 2009).

ISABEL PINA

A propaganda dictatorial portuguesa na imprensa periódica dos anos 1940: crítica, música e ideologia

Durante o Estado Novo, foi feito um claro investimento em iniciativas artísticas, principalmente relacionadas com a necessidade, afirmada pelo próprio Salazar e, no que diz respeito a representações culturais e artísticas, principalmente por António Ferro, de construção de um regime político sólido, baseado em valores tradicionalistas, regionalistas e católicos (ainda que advogando simultaneamente a modernidade), que deveriam ser reconhecidos por portugueses e estrangeiros. O *modus operandi* da propaganda arquitetada por António Ferro resultou na apropriação – nalguns casos, até mesmo criação – e disseminação de objectos artísticos que ainda hoje são reconhecidos como símbolos intrinsecamente

portugueses.

Musicalmente, pode dizer-se que a propaganda da ditadura teve um papel fundamental no reconhecimento de certos géneros musicais como profundamente portugueses – como o fado e outras expressões musicais comumente mencionadas como música tradicional portuguesa. No que concerne à música erudita, o Estado Novo e o Secretariado da Propaganda Nacional, mais concretamente, foram responsáveis pela criação da estação nacional de radiodifusão, a Emissora Nacional, com a sua orquestra sinfónica e outros agrupamentos musicais, de uma companhia de bailado, os Verde Gaio, e da reinauguração do Teatro Nacional de São Carlos, com a estreia de uma ópera de Rui Coelho.

A crítica musical em Portugal foi, durante o século XX, principalmente exercida por compositores. Pegando em situações opostas – contudo sem esquecer as *nuances* que estão sempre presentes no que diz respeito à investigação em música e ideologia – alguns destes compositores e críticos foram, de certa forma, parte da propaganda do regime, o que significa que compunham para instituições e eventos oficiais do Estado Novo; por outro lado, outros estiveram abertamente contra Salazar e as políticas orquestradas pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Estes lados opostos na crítica musical portuguesa são evidentes, e permitem-nos analisar os discursos e a forma como mudanças e perpetuações foram impostas e discutidas – apoiadas ou negativamente criticadas – por algumas das figuras mais influentes do contexto musical português do século XX.

Isabel Pina é doutoranda em Ciências Musicais Históricas na NOVA FCSH e bolseira FCT. Interessa-se sobretudo pelo estudo da história da música em Portugal nos séculos XIX e XX, música e ideologia, nacionalismo, neoclassicismo, análise e semiótica musical, e imprensa periódica e crítica musical. Terminou a sua tese de mestrado em Musicologia Histórica em 2016 com a dissertação “Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930”. No CESEM, é membro do Grupo de Teoria Crítica e Comunicação, colaboradora do SociMus (Grupo de Estudos Avançados em Sociologia da Música), e uma das fundadoras e coordenadoras do NEMI (Núcleo de Estudos em Música na Imprensa).

VERA MARQUES ALVES

Modernismo, primitivismo e a campanha etnográfica do Secretariado da Propaganda Nacional

Na presente comunicação, e contrariando as teses mais comuns, defendemos que a sensibilidade modernista de António Ferro, patente na sua intervenção cultural dos anos 20, foi fulcral na construção do programa de acção do SPN/SNI desenvolvido

nas décadas seguintes e, em particular (por paradoxal que possa parecer), na concepção da política folclorista aí desenvolvida. Na base do nosso argumento está um conjunto de reflexões que assumem o cariz problemático do próprio conceito de modernismo, mostrando como no âmbito deste movimento cultural, diverso em si mesmo, a apologia do novo se conjugou em momentos vários com a descrença no progresso, o fascínio pelo primitivo, o enaltecimento das culturas autênticas e nacionais ou a esteticização da existência, tendências que foram recicladas, adaptadas e modificadas, das mais diferentes formas, em contextos distintos.

Secretariado da Propaganda Nacional, campanha etnográfica, modernismo, primitivismo, nacionalismo

Em 1933, António Ferro é nomeado director do Secretariado da Propaganda Nacional, órgão responsável pela política cultural do Estado Novo, no âmbito da qual desenvolveu uma campanha etnográfica de largo alcance. Na década anterior, Ferro tivera algum relevo na cena modernista nacional, através da literatura e da intervenção cultural, e afirmara-se como jornalista, em reportagens internacionais e entrevistas a vultos da política europeia e da cultura mundial. A maior parte dos autores que têm analisado o percurso de Ferro e o seu contributo para a legitimação do Estado Novo partem de uma noção unívoca do modernismo, para defenderem que a «fase modernista» e a «fase salazarista» de António Ferro são antagónicas entre si. Nesse sentido defendem uma de duas teses: ou as inclinações modernistas protagonizadas por Ferro desde finais dos anos '10 eram inautênticas ou, tendo de facto existido, foram pura e simplesmente abandonadas pelo autor de «Leviana», a partir do momento em que o mesmo integrou o regime chefiado por Salazar.

Na presente comunicação defendemos uma tese contrária a tal aproximação, afirmando que a sensibilidade modernista de Ferro foi fulcral na construção do programa de acção do SPN/SNI e, em particular (por paradoxal que possa parecer), na concepção da política folclorista aí desenvolvida. Na base do nosso argumento está um conjunto de reflexões que assumem o cariz problemático do próprio conceito de modernismo, ao considerarem a efectiva diversidade de práticas e de representações associadas a este movimento (ver Latham e Rogers 2015; Everdell 1997). Consideramos em particular as investigações que têm sublinhado o modo como os modernismos conjugaram a apologia do novo com a descrença no progresso, o fascínio pelo primitivo, o enaltecimento das culturas autênticas e nacionais ou a esteticização da existência, tendências que foram recicladas, adaptadas e modificadas das mais diferentes formas, em contextos distintos. (Eskein 1989; Khan 1995; Khan 2001). Escapando a uma análise cingida às fronteiras do estado-nação, considerando a circulação transnacional das ideias modernistas e as conexões concretas que sustentaram tais permutas, procuraremos assim perceber de que modo é que o projecto folclorista de Ferro tem, na sua base, aspectos essenciais do modernismo em trânsito das primeiras décadas do século XX.

Em 1993 licenciou-se em Antropologia Social no ISCTE e, em 2008, doutorou-se

em Antropologia pelo mesmo Instituto. Fez investigação sobre a História da Antropologia em Portugal e sobre os usos nacionalistas da «arte popular portuguesa» durante o Estado Novo. Continua a estudar a construção moderna desta categoria de objectos. Foi Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra e investigadora de pós-doutoramento no CRIA (UM; UC) e no CIHCT (UL). Colaborou nas obras colectivas *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal* (2003), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX* (2010) e *Como se faz um Povo* (2010). É autora de *Arte popular e nação no Estado Novo. A política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional* (Imprensa de Ciências Sociais (2013).

RAHUL KUMAR

A cultura popular do Estado Novo e a cultura popular global: uma releitura a partir da história do futebol em Portugal

Partindo de uma análise processual da história do futebol, esta comunicação procura repensar o lugar do desporto na cultura popular em Portugal durante o Estado Novo. O meu argumento central, apoiado num amplo leque de fontes documentais e arquivísticas, é que o desenvolvimento do futebol não foi promovido pelo Estado Novo e pelas suas organizações e não pode ser plenamente compreendido à luz de uma história política. Pelo menos até ao início dos anos 1960, muitas das instituições centrais do regime autoritário português mantiveram uma atitude de resistência e rejeição face ao desenvolvimento do desporto enquanto espectáculo de massas. Essa história – a da inscrição do futebol na cultura popular portuguesa contemporânea – deve antes ser lida no quadro de um conjunto de transformações estruturais da sociedade portuguesa, como os processos de industrialização e urbanização, e a sua integração numa divisão do trabalho à escala global.

A popularização de um conjunto de modalidades desportivas, como o futebol, mas também o boxe ou o ciclismo, ao longo do primeiro quartel do século XX, resultou, por outro lado, da convergência contingente e variável do interesse do público e da imprensa, da construção de uma rede associativa e da intervenção de um conjunto de forças económicas diversificadas. É na relação, ou melhor, no embate entre o complexo ideológico e institucional do Estado Novo – no interior do qual o desporto era entendido essencialmente enquanto prática higiénica e disciplinar – e o campo do desporto espectadorizado e as suas instituições – cujas normas e práticas antecederam o regime – que se podem compreender as funções sociais, políticas e culturais que o futebol desempenhou naquele período. Ao integrar a questão da autonomia política do desporto no debate mais amplo sobre a autonomia do campo cultural em Portugal durante o Estado Novo, pretendo também: 1) alargar o campo de estudos sobre a cultura popular no Estado Novo –

que tem sido pensada quase sempre a partir da produção oficial do “popular” e; 2) problematizar o alcance heurístico do conceito de cultura popular para a reconstrução das atitudes, valores e comportamentos de diferentes grupos sociais no Portugal salazarista.

Rahul Kumar é professor auxiliar convidado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde ensina sobre temas relacionados com a sociologia e as relações internacionais. Anteriormente, foi professor adjunto convidado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Licenciou-se em sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa em 2003. Em 2014 obteve o doutoramento, também em sociologia, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Com essa tese, intitulada A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo, foi distinguido em 2015 com o Prémio Fundação Mário Soares/EDP e com uma menção honrosa no Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa. Publicou sobre temas relacionados com a história do desporto, da imprensa e da leitura, sociologia das migrações e discriminação, trabalho e precariedade. Os seus actuais interesses de investigação passam pela história transnacional, pela sociologia da cultura, pelos estudos sobre classes sociais e o processo construção e institucionalização do Estado no Portugal contemporâneo.

MARCOS CARDÃO

Madredeus. O espírito do nacionalismo

Em 1986, os músicos Pedro Ayres Magalhães (Heróis do Mar) e Rodrigo Leão (Sétima Legião) criaram os Madredeus, um grupo que possuía um estilo musical próprio, assente maioritariamente em instrumentos acústicos, e um universo narrativo e performativo singular, através do qual se pretendia recriar um ideal de portugalidade ancestral e evocar valores e sentimentos conotados com a identidade nacional, entre os quais, a ruralidade, a saudade e o fatalismo. Estes valores ecoavam tematizações anteriores da identidade nacional, que ganharia visibilidade mediática no mercado internacional da World Music, uma etiqueta da indústria fonográfica, na altura emergente, vocacionada para comercializar as especificidades regionais de cada país ou área geográfica. Foi através do selo da autenticidade regional portuguesa, e do intuito de restituir alguns traços específicos para uma possível identificação de um país, devidamente enquadrados por sinais de modernidade e afinidade idiomática com outros géneros musicais, que os Madredeus ganharam notoriedade internacional.

Embora não pretendessem realizar uma encenação arqueológica da cultura portuguesa tradicional, os Madredeus encetaram uma estilização de idiomas musicais, pretensamente tradicionais e portugueses, vertidos para uma espécie de música de câmara cantada em português. Além da originalidade e consistência do

repertório, os Madredeus destacar-se-iam por realizar um trabalho permanente sobre Portugal enquanto comunidade imaginada, encarado desde do início com sentido programático e voluntarismo. Contaram para o efeito com a publicação de textos fundamentais para a divulgação do grupo, entre eles, o texto seminal de Miguel Esteves Cardoso, intitulado “A música é um dos géneros da verdade – ouvindo uma cassette da Madre Deus”, publicado em 1987. Um autor que na altura já tinha abandonado a crítica musical, a área que lhe dera visibilidade mediática no início dos anos 80, publicando excepcionalmente um texto que serviu de cartão de visita do grupo.

Nesta comunicação pretende-se verificar como os Madredeus narraram e performatizaram as especificidades da identidade portuguesa, e as difundiram no mercado internacional da World Music, através da mobilização de uma série de categorias – autenticidade, tradição, saudade, espiritualidade, etc. – para traduzir a sua música.

Marcos Cardão é doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2013), é Investigador de Pós-doutoramento no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. É autor do livro *Fado Tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*, Edições Unipop, 2014; e co-autor de *Gilberto Freyre: novas leituras, do outro lado do Atlântico*, Edusp, 2015.

JOANA CUNHA LEAL

Absolutamente moderno? Eduardo Viana e as representações do campo artístico em Portugal na primeira metade do século XX

Esta comunicação discute o protagonismo atribuído ao pintor Eduardo Viana na construção do discurso historiográfico sobre o esvaziamento, ou falha, do ‘primeiro modernismo’ em Portugal. Eduardo Viana foi, com Almada Negreiros e Fernando Pessoa, um dos sobreviventes do modernismo cosmopolita dos anos da guerra. Com Amadeo de Souza Cardoso, Sonia e Robert Delaunay, criou a *Corporation Nouvelle* (1915-1916), integrando os seus projectos colectivos (com responsabilidade central ao nível das publicações). Eduardo Viana esteve, portanto, envolvido na definição da política artística cosmopolita e internacional da *Corporation*, a que correspondeu uma produção artística de sofisticação primitivista — localmente enraizada, anti-burguesa, anti-intelectual, centrada no *métier*, apostada em harmonizar criação individual e produção colectiva. Depois da retirada dos Delaunay para Espanha, e da morte de Amadeo, em Novembro de 1918, Viana protagonizará uma série de exposições no Porto e em Lisboa que, associadas à recusa de uma obra sua pela SNBA em 1921, darão uma enorme visibilidade pública à sua obra — i.e. a relevância das suas pesquisas pictóricas é largamente debatida na imprensa.

Esta comunicação visa discutir a reiterada afirmação do ‘retrocesso’ naturalista da pintura de Eduardo Viana nos anos de 1920 pela historiografia e abrir o debate sobre a sua obra a questões de política da forma (Leighton) e da função social da arte. O consenso nacionalista que em torno da pintura de Eduardo Viana se gerou será então analisado no quadro mais vasto da história cultural da década de 1920.

Joana Cunha Leal is Assistant Professor at the Art History Department of the School of Social Sciences and Humanities of the Universidade NOVA de Lisboa, where she teaches graduate and post-graduate courses on nineteenth and early twentieth century art, art theory and historiography. Her recent work privileges the study of Iberian modernisms and the avant-garde. Her research project “Other Modernisms? The case of Amadeo Souza Cardoso” was awarded a Fulbright Research Fellowship in 2010. She was also a fellow of the Stone Summer Theory Institute in 2011, and PI for the project "Southern Modernisms" (2014-2015; funded by FCT). She is currently PI for the project "Iberian Modernisms and the Primitivist Imaginary" (AAC nº 02/SAICT/2017 – 029837; COMPETE 2020; FCT) and director of the Art History Institute of the Universidade NOVA de Lisboa.

MARIANA PINTO DOS SANTOS

Objectivo: abstracção. Mais narrativas modernistas ou nuances da master narrative na história da arte em Portugal

Este trabalho pretende confrontar diferentes narrativas na história da arte em Portugal, narrativas que se apresentaram até antagónicas entre si, mas que não deixaram de seguir a tendência teleológica da arte e dos discursos sobre ela produzidos no “Atlântico Norte” no século XX (para utilizar a expressão que James Elkins propõe em alternativa a “arte ocidental” com o fito de precisar a origem da *master narrative* historiográfica na Europa central e na América do Norte). Pretende-se demonstrar como discursos aparentemente resultantes de experiências artísticas locais se construíram em paralelo e em comunhão com a *master narrative*, e como os antagonismos (entre artistas, entre correntes, entre realismo e abstracção, por exemplo) que existiram, ora criados ora mitigados alicerçaram o objectivo modernista da abstracção.

Mariana Pinto dos Santos, historiadora da arte, doutorada em História e Teoria pela Facultat de Belles Arts - Universitat de Barcelona, é investigadora integrada do Instituto de História da Arte, FCSH-UNL e professora convidada no departamento de História da Arte da mesma faculdade. É autora do livro *Vanguarda & Outras Loas*, Lisboa: Assírio & Alvim (2007), do catálogo *Outra Vez Não: Eduardo Batarda* (Serralves 2011) bem como de diversos estudos e ensaios publicados em catálogos, livros e revistas internacionais, sobre história da arte contemporânea, modernidade e modernismo, teoria e historiografia da arte. Editou o catálogo *Júlio Pomar: Obra Gráfica* (Caleidoscópio, 2015). É co-editora da *Obra Literária de Almada Negreiros*

(Assírio & Alvim) e da revista *Intervalo* (Pianola/Vendaval). Foi curadora da exposição na Fundação Calouste Gulbenkian, *José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno* (3 Feb - 5 Jun 2017), da exposição no Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto) *José de Almada Negreiros: desenho em movimento* (29 Nov 2017– 31 Mar 2018) e da exposição *Mulheres Modernas na obra de José de Almada Negreiros* no Palácio da Galeria, Museu Municipal de Tavira (7 de Jul – 14 Out 2018). É co-responsável pelo projecto de investigação *Iberian Modernisms and the Primitivist Imaginary* (AAC nº 02/SAICT/2017 – 029837). Prepara a exposição de Almada Negreiros em Guadalajara, México, *Lo que cuentan las paredes* no âmbito da Feira Internacional do Livro de Guadalajara (22 Nov 2018 – 3 Feb 2019) (país convidado: Portugal, comissariado Manuela Júdice). É editora na Pianola e nas Edições do Saguão.

LÍGIA AFONSO

Lá fora – Políticas de Representação Nacional no palco da Guerra Fria: o caso de Portugal na Bienal de São Paulo

Durante o Estado Novo (1933-1974), entre 1951 e 1973, 644 obras de arte de um conjunto de 98 artistas portugueses, na sua maioria vivos e atuantes, fizeram a sua apresentação inédita no estrangeiro quando enviadas pelo SNI – o órgão de propaganda do regime –, a s primeiras 12 bienais brasileiras. Aquela participação constituiria o «único passeio permitido» (José-Augusto França) para fora do ambiente profundamente constrangido no qual aquelas obras tinham sido criadas. A primeira destas viagens aconteceria no quadro da redefinição da imagem “imperial” do regime que se reestruturava no pós-II Guerra Mundial, com o alinhamento de Portugal com o bloco ocidental a conduzir a um período particularmente favorável da sua política externa.

Em Portugal, ultrapassada a crise excitada pela abertura democrática internacional no pós-guerra e pela promessa traída de “eleições livres”, Salazar aprofundava os mecanismos repressivos do regime, induzindo ao “cinzentismo” na política cultural portuguesa. Mas a «década do silêncio», expressão fatalisticamente cunhada por Rui Mário Gonçalves com que se propôs e encerrou a narrativa historiográfica artística dos anos 1950 em Portugal, determinaria, afinal, uma etapa tardia mas irreversível na internacionalização da arte moderna e contemporânea portuguesas, com o empurrão oficial da sua exposição periódica no estrangeiro em mega-exposições especificamente dedicadas a s artes plásticas (São Paulo, Veneza, Lugano e Paris), oportunidade que o regime passava a financiar e organizar. O SNI focalizar-se-ia, porém, em particular, na Bienal de São Paulo, o único destes eventos no qual se empenhará sistematicamente, no quadro da apresentação da “arte moderna” segundo o princípio organizativo das “representações nacionais” na mais visitada das bienais do mundo. O cumprimento burocrático, por imposição do

Ministério dos Negócios Estrangeiros e com o aval da Presidência, daquelas presenças no Brasil, obrigará o SNI a tentativas de aproximação com os pouco recetivos agentes do meio artístico, e dessa resistência resultaria tanto recusa como aceitação, mas também alguma negociação e colaboração. Artistas e críticos aproveitariam, a partir de 1951, a oportunidade de integrar as dinâmicas de mercado e de visibilidade internacional que a Bienal de São Paulo renunciava, contrariando, de sobremaneira, o ensimesmamento do meio artístico português. Mas se a partir de 1959 e durante os primeiros anos da Guerra Colonial a colaboração tornar-se-á, para alguns, inaceitável, a imiscuição progressiva de instituições como a FCG, a SNBA e a AICA na organização da presença portuguesa na bienal contribuiria, a partir de 1969, para despudorar a participação dos artistas de um alinhamento ideológico com o regime. Não obstante as profundas alterações aos contextos históricos e políticos, de Portugal, do Brasil e do mundo durante os vinte e dois anos seguintes, a arte produzida em contexto português compareceria na Bienal de São Paulo, palco e espelho geopolítico da Guerra Fria, até a queda do regime, e a sua presença vingaria sobre ele. Que circunstâncias particulares o permitiram?

Lisboa, 1981. Doutora em História da arte (FCSH-UNL/FAU-USP - 2018), investigadora do IHA (FCSH), docente da ESAD.cr., editora e membro da AICA. Tem integrado júris de prémios e de selecção de projetos artísticos e curatoriais. Colaborou com várias instituições e projetos independentes em Portugal e no Brasil. Foi assistente de curadoria da 29a Bienal de São Paulo, co-curadora e coordenadora editorial do Laboratório de Curadoria, Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura e curadora da exposição de Jorge Varanda no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, entre outros.

Integrou o workshop de curadoria da 31a Bienal de São Paulo e é curadora adjunta da Bienal Anozero de Coimbra 2019.